

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

JÚLIA CORRÊA

**A CONSTRUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL: A
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**São Borja
2024**

JÚLIA CORRÊA

**A CONSTRUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL: A
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política.

Orientador: Ronaldo Bernardino Colvero

**São Borja
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C824c Corrêa, Júlia

A CONSTRUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL: A
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM CIÊNCIA POLÍTICA / Júlia Corrêa.
57 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA, 2024.
"Orientação: Ronaldo Bernardino Colvero".

1. Produção de conhecimento . 2. Conhecimento Científico.
3. Ciência Política. 4. Iniciação Científica. I. Título.

Dedico este trabalho a todos os que em algum momento acreditaram que não daria certo, esse trabalho é uma prova que mesmo não enxergando a luz no fim do túnel podemos chegar ao nosso destino.

JÚLIA CORRÊA

**A CONSTRUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL: A PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Bacharelado
em Ciências Sociais - Ciência Política
da Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção
do Título Bacharel em Ciências
Sociais - Ciência Política

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 20, de dezembro de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Edson Romario Monteiro Paniagua
UNIPAMPA

Me. Ewerton da Silva Ferreira
UFSC



Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/01/2025, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **EDSON ROMARIO MONTEIRO PANIAGUA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/01/2025, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Ewerton da Silva Ferreira, Usuário Externo**, em 09/01/2025, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1645329** e o código CRC **94854D73**.

AGRADECIMENTO

Dedico o primeiro agradecimento aos meus pais e minha irmã, que durante todos esses quatro anos estiveram ao meu lado, apoiando e encorajando minhas ideias e propostas, e quando precisei de ajuda e de dar uma pausa em tudo também me cercaram de amor e compreensão.

Ao Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero, meu orientador e antes de tudo, meu amigo, dedico um agradecimento muito especial. Obrigada pelas conversas, pelas risadas, pelas lições, não só acadêmicas, mas também de vida, sem as oportunidades que tive ao teu lado com certeza não teria chegado onde cheguei, obrigada pela paciência, compreensão e amizade.

Ao meu namorado, um agradecimento gigantesco, sem você certamente não estaria escrevendo essas palavras, nem teria chegado onde cheguei, teu suporte, carinho e compreensão foram de importância ímpar nesses últimos anos de graduação. Obrigada por todos os momentos em que me ajudou a superar alguma adversidade, algum momento de ansiedade, obrigada por todos os abraços que curam.

À Ana, Gustavo e Melissa, meu agradecimento é em dobro a todos vocês. Sem vocês três não conseguiria ter passado por todos esses dias dentro da universidade, a companhia no Restaurante Universitário, as risadas nos momentos menos convenientes, tudo isso foi parte fundamental para que eu e este trabalho estivessem aqui hoje. A melhor decisão que tomei nesses quatro anos de curso foi entrar na sala 5212, obrigada pela compreensão, amizade e por me proporcionarem momentos tão incríveis ao lado de vocês.

Aos demais colegas e amigos da sala 5212, Gianna, Maria e João, espero que tenhamos ainda muitas trocas de saberes e vivências, continuem nessa caminhada de forma brilhante e incrível como vocês, obrigada por tudo.

À Camili, minha colega e amiga, agradeço por todos os momentos que compartilhamos juntas nesses anos, afinal somos as sobreviventes do semestre 2021/01. Obrigada por estar do meu lado tomando a frente de projetos incríveis como o Diretório Acadêmico. Foram anos inesquecíveis, tua participação nisso com certeza fez ser mais fácil, muito obrigada por tudo. À Tia Jo, pela escuta atenta que nunca falhou em nos dar um ombro amigo nos momentos em que mais precisamos.

Ao Dr. Fernando Godoy Neves e à Psicóloga Clara Ribeiro, agradeço a estes dois profissionais incríveis que neste último ano de graduação foram de extrema importância para minha continuidade enquanto pessoa e estudante.

“Uma universidade desconectada do dinamismo da ciência e da velocidade das informações sucumbirá e será eliminada do sistema, que passou a exigir indivíduos que pensem globalmente e atuem localmente.”

Elizabeth Teixeira

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso busca entender o que pode ser chamado ou não de conhecimento científico. O problema de pesquisa surge justamente da necessidade da visualização de um panorama geral de como está o estado da produção do conhecimento no Brasil, com um enfoque para a área da Ciência Política. Como objetivos temos a construção de conceito do que é conhecimento científico, entender como anda a produção de conhecimento no Brasil, qual o papel do orientador na formação de novos pesquisadores e como isso afeta o futuro da pesquisa no país, por fim, situar o Ciência Política enquanto campo independente de produção do conhecimento. Com uma abordagem qualitativa, o processo metodológico foi voltado para a junção de três elementos: a Heurística, a Crítica e a Hermenêutica. A Heurística o processo de busca pelas informações a serem utilizadas na pesquisa, a Crítica o momento de seleção deste material, visualizando o que contribuirá ou não para a construção do conhecimento, e a Hermenêutica como a interpretação dos dados coletados, levando em conta diversos fatores que influenciam na edificação do conhecimento científico. O conhecimento científico entende-se pelo conhecimento que é construído de forma que siga à risca os procedimentos metodológicos necessários, é preciso que se estabeleça um objeto, de acordo com a proximidade do pesquisador com a temática, que se procure técnicas e métodos que possibilitem que se chegue a um resultado satisfatório, resultado este que deve ser publicado, seja através de artigo científico, capítulo de livro ou livro. Quanto aos números relacionados à pesquisa científica no Brasil, podemos observar o aumento constante do número de pesquisadores e Grupos de Pesquisa no país, em especial à área de ciências humanas que configurou em primeiro lugar, com o maior número de pesquisadores, no último censo registrado (2016). O Brasil está em 14º lugar no ranking mundial e em 1º no ranking latinoamericano no que se refere ao número de publicações científicas, segundo o site SCImago, mostrando que o país realmente produz e publica muito conhecimento científico, mas o impacto real que estas publicações têm pode não ser equivalente a sua quantidade, botando à prova o rigor metodológico que está sendo empregado na produção deste conhecimento. O pesquisador tem que aprender a pesquisar e isso depende primariamente do seu orientador e da forma que ele conduz esse processo, por isso é necessário que haja diálogo entre orientador e orientando, visando que o aluno exercite seu pensamento crítico e sua autonomia, aplicando as técnicas e métodos aprendidos durante o processo de Iniciação Científica, afinal são estes os responsáveis pelo futuro do conhecimento científico no país. A Ciência Política brasileira nos últimos anos, nos

programas de pós-graduação na área, demonstrou um crescimento bastante considerável, apesar de ainda não estar presente satisfatoriamente em todas as regiões do país. O número de publicações também cresceu, mas seguindo o exemplo do país, a área da Ciência Política também enfrenta uma crise na questão relativa ao impacto intelectual de sua produção científica.

Palavras-Chave: Conhecimento Científico; Ciência Política; Produção do Conhecimento.

ABSTRACT

This work seeks to understand what can and cannot be called scientific knowledge. The research problem arises precisely from the need to visualize a general overview of the current state of knowledge production in Brazil, with a focus on the field of Political Science. The objectives include constructing a concept of what scientific knowledge is, understanding the state of knowledge production in Brazil, identifying the role of the advisor in the formation of new researchers and how this affects the future of research in the country, and finally, positioning Political Science as an independent field of knowledge production. With a qualitative approach, the methodological process was aimed at combining three elements: Heuristics, Critique, and Hermeneutics. Heuristics is the process of searching for the information to be used in the research; Critique is the moment of selecting this material, assessing what will or will not contribute to the construction of knowledge; and Hermeneutics is the interpretation of the collected data, considering various factors that influence the building of scientific knowledge. Scientific knowledge is understood as knowledge that is constructed in a way that strictly follows the necessary methodological procedures. It is essential to establish an object based on the researcher's proximity to the topic, to seek techniques and methods that allow reaching a satisfactory result, a result that must be published, whether through a scientific article, book chapter, or book. Regarding the numbers related to scientific research in Brazil, we can observe a constant increase in the number of researchers and Research Groups in the country, especially in the field of human sciences, which ranked first with the highest number of researchers in the latest census recorded (2016). Brazil ranks 14th globally and 1st in Latin America in terms of the number of scientific publications, according to the SCImago website, showing that the country does indeed produce and publish a lot of scientific knowledge. However, the real impact these publications have may not be equivalent to their quantity, challenging the methodological rigor being employed in the production of this knowledge. The researcher must learn how to research, and this primarily depends on their advisor and the way the advisor conducts this process. Therefore, it is necessary to have a dialogue between the advisor and the student, aiming for the student to exercise their critical thinking and autonomy, applying the techniques and methods learned during the process of Scientific Initiation. After all, these are responsible for the future of scientific knowledge in the country. In recent years, Brazilian Political Science, within graduate programs in the field, has shown significant growth, although it is still not sufficiently present in all regions of the country. The number of publications has also

increased, but following the example of the country, the field of Political Science also faces a crisis concerning the intellectual impact of its scientific production.

Keywords: Scientific Knowledge; Political Science; Knowledge Production.

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1 - Distribuição de pesquisadores com título de Doutores por região em 2016

GRÁFICO 2 - Distribuição dos Grupos de Pesquisa no Brasil por região em 2016

GRÁFICO 3 - Número de produções científicas dos primeiros 15 países do SCImago Journal & Country Rank (1996 - 2023)

GRÁFICO 4 - Número de produções científicas dos primeiros 5 países da América Latina no SCImago Journal & Country Rank (1996 - 2023)

FIGURA 1 - Indicadores de crescimento da Área de Ciência Política e Relações Internacionais (1998 - 2017)

FIGURA 2 - Número de programas de pós-graduação (CP&RI) por estado em 2019 (profissionais e acadêmicos)

FIGURA 3 - Produtividade da Área CP&RI na base Scopus: número de artigos e proporção de citações recebidas (1998 - 2017) na categoria Ciência Política e Relações Internacionais, 2019

FIGURA 4 - Produção técnica na área de CP&RI

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Número de Grupos de Pesquisa, Pesquisadores e Pesquisadores Doutores no período de 2006 a 2016

TABELA 2 - Número de Grupos de Pesquisa e Pesquisadores por área do conhecimento em 2014

TABELA 3 - Cursos de graduação em Ciência Política em IES públicas conforme SISU

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CP - Ciência Política

DPG - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil

EUA - Estados Unidos da América

IC - Iniciação Científica

IES - Instituições de Ensino Superior

PPGs - Programas de Pós-Graduação

RI - Relações Internacionais

SISU - Sistema de Seleção Unificada

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL: UM PANORAMA GERAL	19
2.1 A IMPORTÂNCIA DO PESQUISADOR-ORIENTADOR PARA OS RUMOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	32
3 A CIÊNCIA POLÍTICA COMO CAMPO DE ESTUDOS INDEPENDENTE	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Em tempos em que a ciência é desacreditada, cada vez mais pessoas “pensam por si mesmas” deixando de lado fatos concretos, acreditando cada vez mais em mentiras e informações falsas que são espalhadas pela internet, é necessário um olhar para como está o estado do conhecimento científico, quais são os parâmetros que está buscando atingir e como está sendo o desenvolvimento de pesquisadores e alunos no país.

O problema de pesquisa se dá a partir da necessidade de como acadêmica do curso de Ciências Sociais - Ciência Política, que busca dar continuidade na vida acadêmica dentro da área e sabe da importância que é para os alunos que cursam este bacharelado a Iniciação Científica e de terem o entendimento de como se dá a pesquisa na área da Ciência Política no país para o seu futuro enquanto acadêmicos, entender de que forma está atualmente o panorama da produção do conhecimento científico no Brasil, em especial na área da Ciência Política.

Como objeto de pesquisa esse trabalho coloca o Conhecimento Científico, primeiramente em um panorama geral do Brasil, o que entende-se como conhecimento científico, quais são os limites que devem ser observados e os números de produção do conhecimento relacionados ao país nessa perspectiva. Em segundo plano, o conhecimento científico passa a ser analisado de um ponto de vista de formação e ensino de novos produtores e construtores do conhecimento com um olhar mais voltado às ciências humanas. Por fim, o conhecimento científico passa a ser pauta a partir de um viés especialmente evocado para a área da Ciência Política, como esse conhecimento foi sendo construído ao longo dos anos, quais são suas raízes históricas e de que forma o Brasil nos dias de hoje lida com a produção do conhecimento na área.

Os objetivos deste trabalho traduzem-se em explicar sobre a construção de um conceito de conhecimento científico, quais parâmetros devem ser seguidos e como se deve organizar metodologicamente. Procurando também demonstrar como está a produção científica no Brasil, como estão distribuídos os pesquisadores e Grupos de Pesquisa por regiões do país e entender de que forma essa distribuição afeta a produção de um conhecimento científico que tenha impacto tanto intelectual, quanto social. Busca-se entender como as influências de um orientador qualificado podem ou não afetar a formação de novos pesquisadores e produtores de conhecimento. Como objetivo final, pretendeu-se entender como a Ciência Política se constitui enquanto campo de estudos independente e quais os tópicos mais relevantes para sua continuidade.

O estudo sobre a produção do conhecimento científico é necessário em todas as áreas do conhecimento, saber o que está sendo produzido e por quem é de grande importância, afinal o compartilhamento de ideias e aproveitamento do conhecimento já publicado, é o maior objetivo daqueles que produzem conhecimento científico. Assim se justifica o anseio pela realização deste trabalho buscando demonstrar como estão as circunstâncias da produção do conhecimento no Brasil, pensando em como é necessário que tenhamos um conceito construído e estabelecido do que pode ser chamado de conhecimento científico e entender como se organiza a distribuição dos pesquisadores de maneira geográfica no país, tanto em uma perspectiva geral, quanto em um ponto de vista focalizado em uma área do conhecimento, neste caso a Ciência Política, pensando de que forma essas produções científicas podem ou não afetarem diretamente os locais nos quais estão inseridas e verificando qual é seu impacto intelectual e social real.

No desenvolvimento deste trabalho, em uma abordagem qualitativa, como processo metodológico utilizamos três elementos que se complementam dentro dos passos operativos da pesquisa científica: a Heurística, a Crítica e a Hermenêutica. Heurística não é apenas a concepção metodológica sobre aquilo que deve ser sabido, mas sim o procedimento da busca, da procura dos elementos que farão parte e constituirão o processo de pesquisa. Desta forma selecionamos as bibliografias, observamos e coletamos dados do Censo dos Grupos de Pesquisa encontrados no site do Diretórios dos Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes, utilizamos os elementos disponíveis no site SCImago, um portal que compila as informações contidas no banco de dados Scopus, produzindo rankings de países e áreas do conhecimento levando em conta principalmente o número de publicações e citações, e recorreremos aos relatórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (2019 e 2023), que foram de extrema importância para a construção desta pesquisa.

Toda a seleção do material que foi utilizado levou em conta as necessidades que a pesquisa apresentaria, o que seria preciso para que os questionamentos, respostas e soluções apresentadas frente ao problema de pesquisa fossem satisfatórios e coerentes. A crítica foi justamente o movimento de selecionar e verificar, dentro de todo o material que foi coletado, se as informações mostraram-se seguras e testáveis, sobre o que versavam, o que diziam, quando e como foram coletadas, levando em consideração o contexto no qual o autor escreveu, qual o tamanho e origem da carga de conhecimento que estava implícito naquele documento, ou seja, o que levou a tal resultado.

Por fim, a interpretação é um dos passos mais importantes dentro o processo de fazer a pesquisa, pois neste momento operacionalizou-se a plausibilidade do saber científico, relacionando dados, analisando lacunas deixadas por autores, testando hipóteses, estabelecendo relações entre variáveis, entendendo a influência de certos fatores em um plano maior, compreendendo a contextualização do dado momento, desenvolvendo novos conceitos para pesquisas científicas, produzindo um novo conhecimento através da apresentação dos resultados e considerações.

Este trabalho foi dividido em dois capítulos, focando em um primeiro momento em uma perspectiva geral, da produção do conhecimento em todo o país e depois, em uma segunda parte, em como este elemento ocorre dentro da área da Ciência Política. No primeiro capítulo se estabeleceu uma conceituação do que pode ser considerado Conhecimento Científico, apresentando e explicando suas formas de publicação e organização. Também neste item realizamos uma explanação acerca de índices relacionados à temática, como distribuição dos pesquisadores e dos Grupos de Pesquisa por região do país, número de produtores de conhecimento e número de publicações em relação a outros países, situando o Brasil neste cenário internacional, mas também cada área do conhecimento dentro do país.

Em complemento a este capítulo, há um subtópico voltado à falar da importância da figura do pesquisador-orientador para formação de novos produtores de conhecimento, discutindo sobre qual a forma correta que deve ocorrer e ser conduzido o processo de Iniciação Científica, sinalizando os pontos chave para que aconteça de maneira proveitosa para ambas as partes. Argumentou-se sobre como a formação apropriada de novos pesquisadores é importante para o futuro da produção de conhecimento científico no país, afinal, o processo de construção de um indivíduo enquanto pesquisador pode determinar diretamente o tipo e a qualidade do conhecimento científico que será produzido nas futuras gerações.

O segundo capítulo trata do estudo da Ciência Política como uma área própria do conhecimento, trazendo primeiramente os aspectos históricos e de ligação com a Ciência Política norte-americana, demonstrando os principais pontos que moldaram este campo de estudos como conhecemos hoje. Em seguida, buscou-se resgatar a história de uma Ciência Política brasileira que foi de certa forma apagada com a importação da disciplina essencialmente cientificista dos Estados Unidos da América (EUA). Após, trouxe uma explanação sobre os índices de cursos de graduação, programas de pós-graduação e

publicações científicas na área, buscando entender de que forma estão espalhados em território nacional e qual é seu impacto intelectual e social. Por fim, foram estabelecidas algumas considerações acerca dos rumos da área da Ciência Política no Brasil.

Nas considerações finais foi feito um apanhado dos conceitos-chave explanados durante os capítulos, fazendo com que o leitor possa recapitular de maneira rápida estes pontos, como o conceito de Conhecimento Científico, as estatísticas mais importantes relacionadas ao conhecimento no Brasil, como deve ocorrer o processo de Iniciação Científica e qual é o estado atual e as indicações futuras da Ciência Política no Brasil, entre outros.

2 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL: UM PANORAMA GERAL

Observa-se hoje no mundo inteiro um montante cada vez maior de desinformações e notícias falsas sendo espalhadas por todos os lugares, mídias e redes sociais. Neste contexto de pós-verdade¹, onde cada vez mais cientistas e especialistas precisam enfrentar batalhas hercúleas para fazerem-se ouvidos ou para, pelo menos, desmentirem as informações completamente equivocadas que são espalhadas todos os dias, muitas vezes com uma falsa roupagem de “conhecimento”, que dentro dos espaços acadêmicos tomam lugar as discussões sobre a produção do chamado conhecimento científico.

Os pesquisadores e acadêmicos tendem a discutir a importância da estruturação desse conhecimento científico, gerando um grande debate acerca do que pode ser chamado de ciência, de quais são as ferramentas necessárias para a construção de um conhecimento verdadeiramente científico e até se o que está sendo produzido dentro de cada área do conhecimento, no ambiente acadêmico, é válido e reconhecido como produção científica.

É importante, antes de dar prosseguimento, que se estabeleça o que aqui está sendo entendido como conhecimento. Para isso, coloca-se a passagem de Japiassu (1986) em seu célebre livro “Introdução ao pensamento epistemológico”:

Hoje em dia, o conhecimento passou a ser considerado como um processo e não como um dado adquirido uma vez por todos. [...] Devemos falar hoje de

¹ Definição: 1. Informação ou asserção que distorce deliberadamente a verdade, ou algo real, caracterizada pelo forte apelo à emoção, e que, tomando como base crenças difundidas, em detrimento de fatos apurados, tende a ser aceita como verdadeira, influenciando a opinião pública e comportamentos sociais; 2. Contexto em que asserções, informações ou notícias verossímeis, caracterizadas pelo forte apelo à emoção, e baseadas em crenças pessoais, ganham destaque, sobretudo social e político, como se fossem fatos comprovados ou a verdade objetiva; 3. Diz-se de política, era, etc. caracterizada pela pós-verdade (2). Informações complementares: Para o Dicionário Oxford, pós-verdade (eleita a palavra do ano de 2016 pela equipe deste dicionário) é um adjetivo que significa ‘relacionado a ou que indica circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal’. Ver mais em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade>. Acesso em: 10/11/2024.

conhecimento-processo e não mais de conhecimento-estado. Se nosso conhecimento se apresenta em devir, só conhecemos realmente quando passamos de um conhecimento menor a um conhecimento maior. A tarefa da epistemologia consiste em conhecer este devir e em analisar todas as etapas de sua estruturação, chegando sempre a um conhecimento provisório, jamais acabado ou definitivo. (JAPIASSU, 1986, p. 27)

A partir disso, entendemos que o conhecimento não é algo engessado, mas algo que é este processo, não se mostra estático, edificado ao longo do processo de pesquisa e que após concluído pois vai sendo redescoberto e lapidado por outros pesquisadores, que através de diferentes metodologias de trabalho, encontram resultados que podem corroborar ao conhecimento primário, ou prová-lo incorreto.

Desta forma, o pesquisador visa não somente resolver sua problemática, mas produzir um conhecimento científico conectado com a realidade que está sendo pesquisada, a fim de que, apesar de não se tratar de um conhecimento definitivo, promover mudanças na realidade que se estuda. Afinal, “Outro aspecto relacionado ao conhecimento é a cidadania, pois o conhecimento é considerado um instrumento primordial para o alcance de uma cidadania emancipatória, tão necessária para o pleno desenvolvimento humano e social.” (TEIXEIRA, 2009, p. 20).

O conhecimento científico é uma das muitas formas de ensinar e informar os mais jovens ou menos instruídos acerca de um tema. Há o conhecimento que é passado de geração em geração, entre membros de uma comunidade, entre famílias muito próximas, esse tipo de conhecimento leva em conta apenas experiências vivenciadas pelos indivíduos, sem que haja a aplicação de uma metodologia de análise estruturada. Há também o conhecimento de caráter religioso ou teológico, que se baseiam em verdades tomadas pelos adeptos da crença como indiscutíveis, que são reveladas por seres sobrenaturais. O conhecimento filosófico, entretanto, busca responder perguntas e hipóteses estabelecidas, mas não as submete a experimentos ou testes, é um processo racional, mas que leva em conta valores, como ética e moral, não demonstrando preocupação em passar por um procedimento sistemático de testes e verificações (LEHFELD, 2007, p. 24-26).

Dessa maneira, o conhecimento científico se diferencia das outras formas de construção e propagação do conhecimento, justamente por usar de artifícios como a observação, os experimentos, a análise crítica e por ter caráter sistemático, metódico e organizado (LEHFELD, 2007, p. 24). Ao entender essa diferenciação, o pesquisador precisa então iniciar sua pesquisa, partindo para a escolha de um objeto de pesquisa. Este objeto pode ser qualquer elemento que se mostre pertinente para o pesquisador, que deverá encontrar uma

metodologia, ou seja, um conjunto de abordagem, métodos e técnicas, que contemplem o objeto a ser estudado. De nada adianta um bom objeto de pesquisa, com um pesquisador capacitado, mas uma metodologia incompatível e que não dará conta de trabalhar o seu problema de pesquisa da maneira correta e atingir os objetivos estabelecidos.

O pesquisador, ao observar neste objeto uma problemática, busca através de uma metodologia estruturada, aproximar-se de maneira mais aprofundada da realidade em que seu objeto está inserido, para fins de conseguir compreender todos os elementos atuantes dentro do sistema que seu objeto está inserido. Muitas vezes, essa aproximação demonstra para o pesquisador que suas visões iniciais estavam incorretas, afinal, todos partem de um ponto, com visões de mundo e percepções diferentes sobre os mais variados temas. Por isso, é necessário que o conhecimento científico dialogue com o mundo exterior, buscando sanar este problema, afinal, “a ciência ainda tem um alcance limitado porque não retrata, mas constrói uma interpretação do objeto estudado a partir de uma visão do mundo.” (LEHFELD, 2007, p. 16).

O processo de construção do conhecimento ocorre de forma muito particular para cada pesquisador no que tange à experiências, desta forma, pode-se dizer que a produção de conhecimento além de ser um processo político, ao passo que é constituído a partir de uma interpretação externa ao objeto, também mostra-se uma forma fundamental para os indivíduos se colocarem como atores ativos na construção de uma história própria individual e/ou coletiva (LEHFELD, 2007, p. 18).

Deve-se pensar no conhecimento científico como uma forma de inclusão social das pessoas em geral, afinal, a ciência deve caminhar em consonância do que ocorre na sociedade. É preciso empenhar-se para a construção de um conhecimento científico que busque sempre entender a realidade total, não deixando de fora nenhum grupo, buscando sempre aproximar-se da realidade das comunidades externas às academias “a ciência caminha junto ao que ocorre na realidade e isso é importante para se ter uma maior compreensão sobre o mundo em que vivemos.” (LEHFELD, 2007, p. 19).

Tanto por isso que o “conhecimento no mundo moderno vem sendo considerado como oportunidade de desenvolvimento na medida em que pode ser tratado como um capital intelectual.” (TEIXEIRA, 2009, p. 19). Desta forma, não se pode produzir o conhecimento pelo conhecimento, apenas por números, índices e metas. É necessária uma reflexão primária nos motivos para fazer a pesquisa, qual será seu impacto realmente, quem ela estará ajudando, ou prejudicando. Todos estes pensamentos devem estar na mente do pesquisador ao falar-se sobre o momento inicial da pesquisa, suas motivações e abordagens.

“Precisamos conhecer primeiro como fazer ciência, como utilizar as ferramentas metodológicas, a fim de expandir o conhecimento e assim obter resultados com fins de impacto.” (JOVINO, 2019, p. 22), como dito anteriormente, o pesquisador precisa saber fazer distinção entre os tipos de conhecimento e entender de que forma o conhecimento científico se molda. A partir daí ele terá de ver qual é o aparato que utilizará para fazer com que sua vontade de pesquisar transforme-se realmente em produção e conhecimento científico.

O pesquisador deve ter como missão buscar a plausibilidade acadêmica, a legitimação pela sociedade e a melhora no esclarecimento e entendimento dos eventos ao produzir conhecimento, sempre garantindo que sua pesquisa e publicações estejam comprometidas com a ciência. Portanto,

a pesquisa é resultado do fazer ciência, e é somente através da pesquisa que nós, da comunidade científica, concretizamos nossa análise a respeito das soluções de problemáticas, colocando o confronto de ideias pautado por metodologias e métodos que delinearão o caminho que leva à comprovação ou não de uma hipótese (JOVINO, 2019, p. 15).

Assumindo que o pesquisador tenha o conhecimento apropriado, tenha realizado a pesquisa da forma correta, tenha pensado e refletido acerca das etapas da pesquisa científica, seguindo os procedimentos corretos, ele chegará a um resultado, assim, deverá publicá-lo, visando atingir o maior número possível de leitores, afinal, nenhum pesquisador produz conhecimento para si mesmo. É com este pensamento que Neide Lehfeld escreve:

Devido especialmente ao poder e difusão da tecnologia e da comunicação, é muito claro e imperioso para nós que a ciência ou qualquer outro tipo de atividade social, cultural e política saia detrás das paredes fechadas de laboratórios ou de universidades, que se transformam em torres de marfim que guardam para si relatos e resultados de processos investigativos (LEHFELD, 2007, p. 19).

O que faz de uma pesquisa ciência de verdade, reconhecida como tal, é o fato dela ser publicada em um veículo científico, uma revista, onde será posta para avaliação de pares, ou seja, especialistas que avaliarão os trabalhos de um uma determinada área, com o intuito de aprová-lo ou não, levando em conta a cientificidade da pesquisa e os critérios determinados pela própria revista (JOVINO, 2019, p.15). As publicações científicas também podem ser realizadas no formato de livros e capítulos de livro em coletâneas e apresentados em eventos nacionais ou internacionais, apesar de estarem aquém dos artigos publicados em revistas, esses tipos de publicação também representam um avanço na luta pela difusão do conhecimento.

A produção científica publicada, além de ter importância ímpar para a divulgação do que está sendo feito dentro das universidades, atua também como uma forma de transmissão de entendimentos e saberes entre áreas do conhecimento, fortalecendo métodos, técnicas e abordagens de pesquisa, abrindo um espaço de diálogo entre diferentes pesquisadores que, através da discussão de seus objetos de pesquisa, chegam a resultados com ainda mais impacto para a realidade que estão inseridos (LEHFELD, 2007, p. 84).

A partir disso, o pesquisador ao publicar sua pesquisa, deve seguir algumas regras, afinal

a exposição do conhecimento científico dá-se por meio de uma linguagem técnica, adequada e científica, relatada em documentos elaborados criteriosamente, atendendo às normatizações em nosso país de formalização já estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (LEHFELD, 2007, p. 27).

Tendo isso em vista, o pesquisador, que optar por publicar sua pesquisa no formato de artigo científico deverá seguir, além das normas ABNT, também as normas e orientações da revista científica escolhida para a publicação. Deverá prestar atenção na qualidade e abrangência do periódico escolhido visando atender realmente ao público-alvo de sua pesquisa, além de divulgá-la à sociedade, principalmente se a pesquisa tratar de um assunto relevante para a vida da comunidade estudada, como alguma política pública.

Ao pensar-se então na produção do conhecimento como um meio de mudança social, precisa-se entender de que forma o Brasil se insere nessa dinâmica, frente a outros países e como a área das ciências humanas está colocada ou não como uma das áreas de conhecimento com mais destaque e se este conhecimento que está sendo produzido realmente tem valor de impacto. Veja a seguir a Tabela 1, elaborada a partir dos dados disponibilizados pelo Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil - Lattes/CNPq², que demonstra dos anos de 2006 até 2016 o número de grupos de pesquisa, pesquisadores e pesquisadores doutores registrados nestas duas décadas.

² O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - DPG, é um inventário dos grupos de pesquisa localizados em Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) em atividade no país. Os dados demonstrados são referentes ao último censo disponibilizado para consulta na plataforma. Ver mais em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp/censo-Atual/>. Acesso em: 07/11/2024.

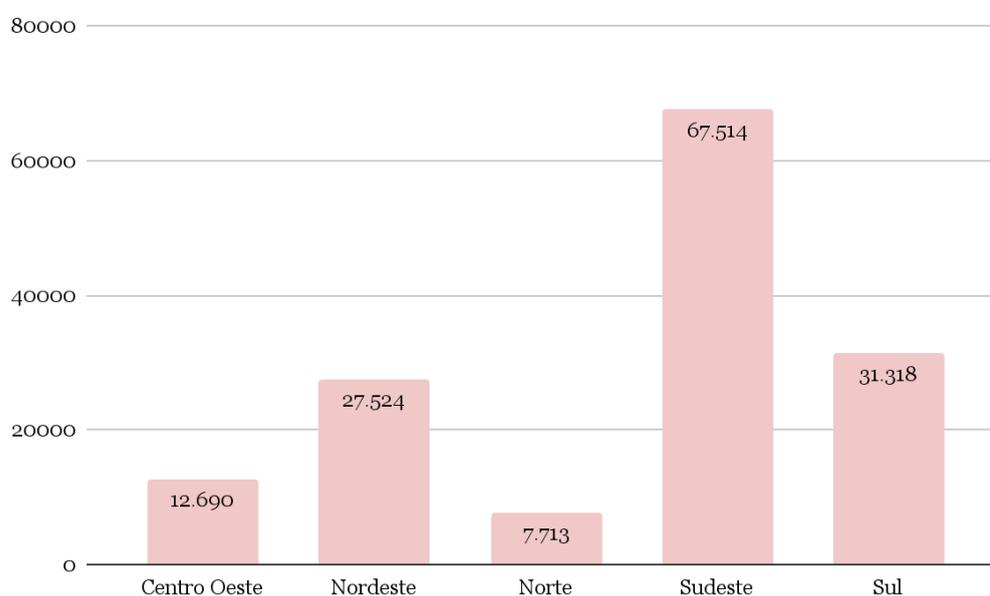
TABELA 1 - Número de Grupos de Pesquisa, Pesquisadores e Pesquisadores Doutores no período de 2006 a 2016

	2006	2008	2010	2014	2016
Grupos de pesquisa	21.024	22.797	27.523	35.424	37.640
Pesquisadores	90.320	104.018	128.892	180.262	199.566
Pesquisadores Doutores	57.586	66.785	81.726	116.427	130.140

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil; elaboração da autora.

Pode-se perceber que o número de pesquisadores aumentou em 109.246 indivíduos na última década registrada pelo censo. O aumento mais expressivo, entretanto, aconteceu entre os anos de 2010 e 2014, com o aumento de 51.370 pesquisadores. O número de pesquisadores doutores também seguiu a série de inflação no período de 2006 a 2016, somando ao final da década 55,7% de expansão na categoria, no Gráfico 1 pode-se observar a distribuição deste estrato a partir das regiões do Brasil.

GRÁFICO 1 - Distribuição de pesquisadores com título de Doutor por região em 2016



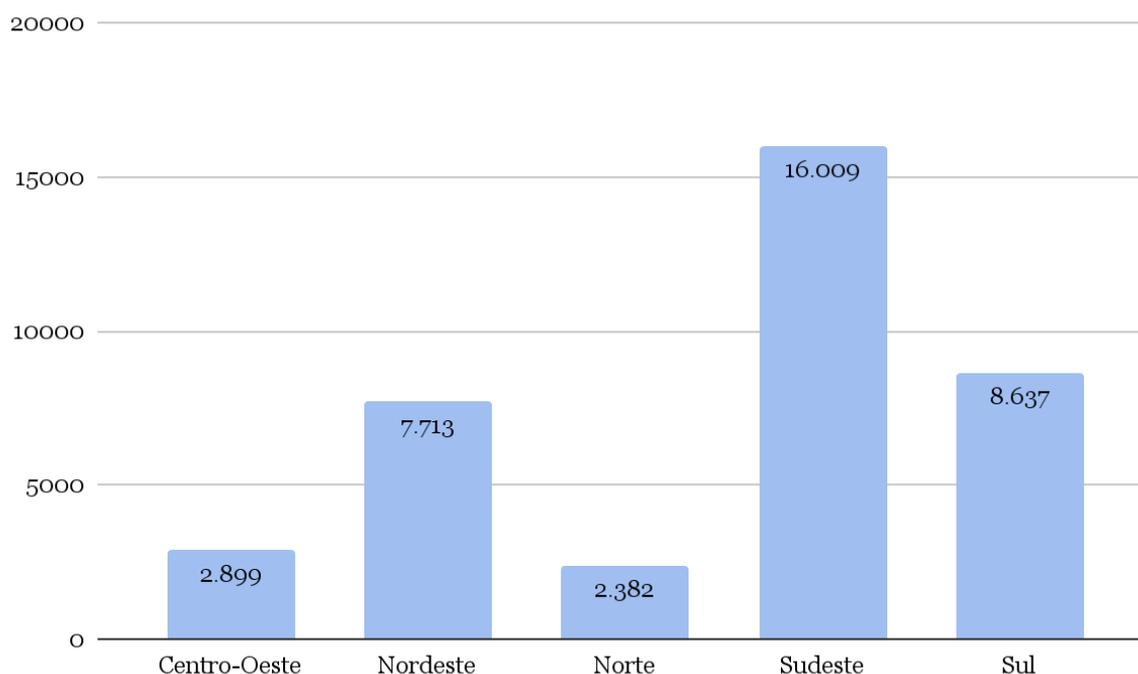
Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil; elaboração da autora.

Nota-se que a região Sudeste destacou-se no ano de 2016, registrando 67.514 doutores. A região Sul vem em segundo lugar com 31.318 pesquisadores com este título, ultrapassando por apenas 3.794 doutores a região Nordeste que configura em terceiro lugar

com 27.524. As regiões Centro-Oeste e Norte possuem 12.690 e 7.713 doutores, respectivamente, correspondendo ao quarto e quinto lugares entre as regiões do país, no que se refere ao número de pesquisadores doutores no Brasil.

A Tabela 1 demonstra também os números de crescimento dos Grupos de Pesquisa no Brasil. O pico de evolução destes números, acontece, proporcionalmente, entre os anos de 2008 a 2010, com o aumento de 4.726 Grupos de Pesquisa registrados entre um levantamento e outro. Já em um panorama geral, dentro da década registrada pelo censo, houve o aumento de 16.616 Grupos de Pesquisa registrados no país. A tendência de distribuição dos grupos de pesquisa acompanha a direção de espalhamento dos doutores pelo Brasil. O Sudeste com 16.009 grupos, seguido pelo Sul com 8.637, pelo Nordeste com 7.713, pelo Centro-Oeste com 2.899 e o Norte com 2.382, conforme pode-se observar no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - Distribuição dos Grupos de Pesquisa no Brasil por região em 2016



Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil; elaboração da autora.

Essa assimetria entre as regiões do país pode ser atribuída a diversos fatores, mas cabe comentar-se principalmente sobre a questão da disseminação das universidades e programas de pós-graduação nessas regiões que contam com menos pesquisadores e Grupos de Pesquisa, ainda há pouca capilaridade nestes dois aspectos quando falamos em um panorama nacional. Tal diferença também ocorre por conta dessas regiões possuírem populações menores e

índices econômicos aquém das outras regiões, afinal a produção do conhecimento também envolve investimentos em materiais, aparelhos, *softwares* e também em capital humano. É impossível deslocarmos o fator econômico como agente de vital importância na produção e manutenção do conhecimento científico, por isso, regiões melhor estabelecidas economicamente tendem a ter uma alta de profissionais que dediquem-se à produção do conhecimento, assim, acarretando não só em recursos humanos melhor qualificados, como também resultam em um maior número de publicações científicas.

É necessário que haja essa reflexão acerca das hierarquias regionais da produção do conhecimento, porque é de vital importância que entenda-se que

Fazer ciência na atualidade requer compreensão crítica das relações assimétricas entre centro³ e periferia⁴ na produção do conhecimento, bem como os pressupostos de disputa de posições e interpretações geopolíticas que as estruturam (PINHEIRO, 2020).

Todo conhecimento que é produzido é político, como dito anteriormente, por isso não há como deixar de lado questões como esta. Não pode-se deixar cair no fatalismo as Instituições de Ensino Superior (IES) ou Programas de Pós-Graduação (PPGs) que são de regiões mais afastadas dos grandes centros econômicos ou populacionais, pelo contrário, deve-se incentivar e estimular com que seus alunos e docentes produzam conhecimento, um conhecimento local, voltado para o atendimento de suas próprias demandas, mas também um conhecimento capaz de entender fenômenos externos, que seja replicável, que possua valor de impacto.

É preciso então, para além de dinâmicas internas, pensar como o Brasil se insere em panoramas internacionais, afinal, a internacionalização do conhecimento que é produzido aqui também é um indicador de boa qualificação deste conhecimento científico. A fim de demonstrar onde o Brasil se enquadra atualmente frente a outros países fez-se um levantamento a partir do portal SCImago⁵ onde se comparou a produção científica dos quinze

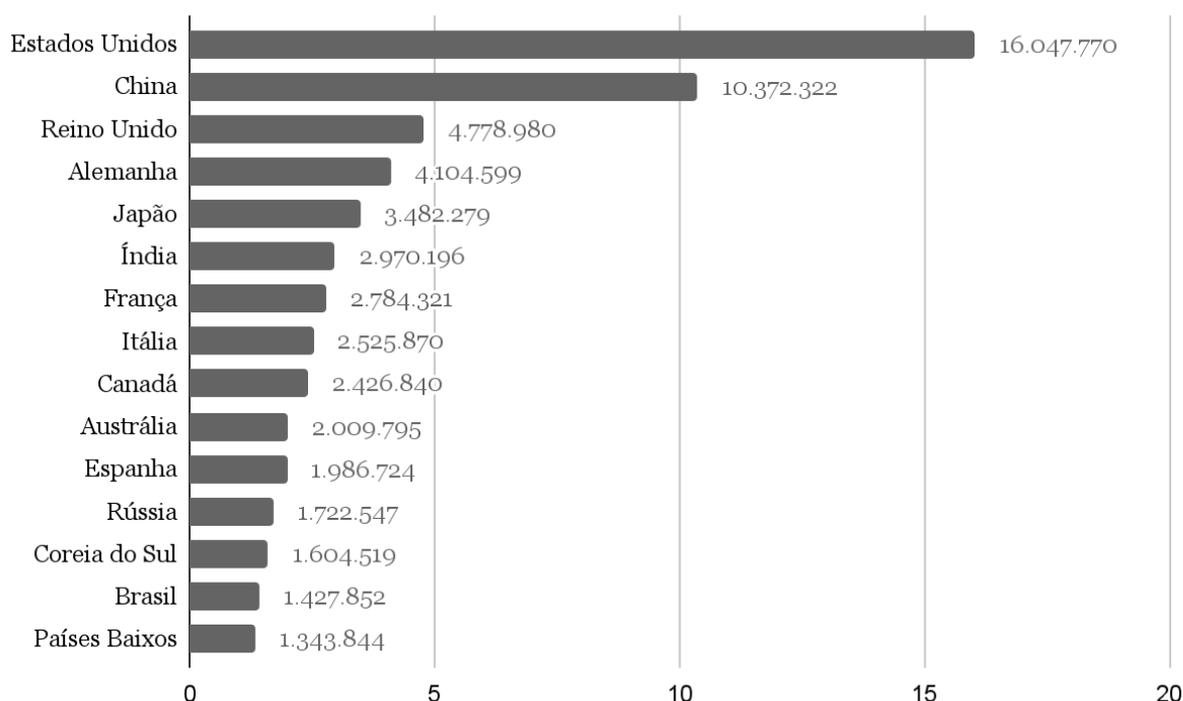
³ O centro é o lugar a partir do qual o conhecimento é disseminado e cujos trabalhos são mais lidos e mais reconhecidos do que os produzidos em outros lugares. O centro também é o lugar para o qual são atraídos pesquisadoras e pesquisadores de outros lugares para obterem formação, acessarem informações e serem internacionalmente reconhecidos (PINHEIRO, 2020).

⁴ A periferia, por sua vez, caracteriza-se pela produção de ciência considerada atrasada e marginal no sistema internacional de produção do conhecimento, em termos de recursos, número de pesquisas, qualidade e quantidade de temas estudados (PINHEIRO, 2020).

⁵ O SCImago Journal & Country Rank é um portal disponível publicamente que inclui os periódicos e indicadores científicos de países desenvolvidos a partir das informações contidas no banco de dados Scopus® (Elsevier BV). Esses indicadores podem ser usados para avaliar e analisar domínios científicos. Os periódicos podem ser comparados ou analisados separadamente. Ver mais em: <https://www.scimagojr.com/aboutus.php>. Ver mais em: 07/11/2024.

primeiros colocados no ranking realizado. O intervalo de tempo utilizado é de 1996 até 2023 e optou-se por demonstrar aqui os primeiros quinze países do ranking tendo em vista que o volume de dados expostos no portal SCImago é bastante grande, sendo inviável o tratamento de todos os dados referentes a todos os países. Pode-se observar como se deu a configuração final deste levantamento a partir do Gráfico 3.

GRÁFICO 3 - Número de produções científicas dos primeiros 15 países no SCImago Journal & Country Rank (1996 - 2023)



Fonte: Scimago Journal & Country Rank; elaboração da autora.

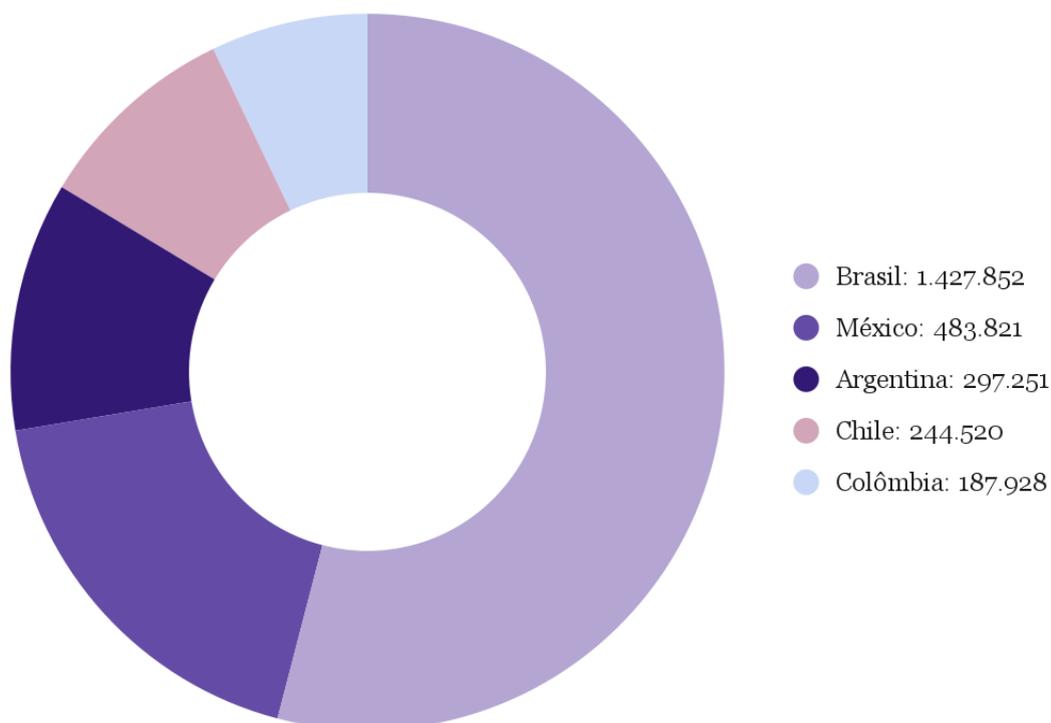
O Brasil configura em 14º no ranking, com uma diferença de quase quinze milhões de documentos em relação ao 1º colocado, atrás de países bem menores em porte territorial como Espanha e França, e de gigantes, tanto econômicos e territoriais, quanto intelectuais como a China e os Estados Unidos. Como aludido de forma prévia, disparidades tamanhas não acontecem de forma orgânica, afinal, são vários fatores que influenciam para que um país tenha mais ou menos sucesso nas suas aspirações de tornar-se uma grande potência intelectual, as dinâmicas geopolíticas e de poder agem como uma forma de hierarquização, demonstrando que alguns conhecimentos são melhores do que outros.

Joaquim Pinheiro (2020) coloca que até “por intermédio do acesso a esses meios de divulgação, ampliam-se ou restringem-se o impacto dos trabalhos e o reconhecimento

acadêmico” (PINHEIRO, 2020), portanto o os países e regiões que estão, conforme definição do autor, sob a denominação de periferia não podem se deixar cair no derrotismo ou conformidade de que, só por estar em um lugar de menos prestígio, trata-se de um conhecimento marginal e de baixa qualidade e valor acadêmico. É necessário que seja feita uma ressignificação e que haja o estabelecimento das razões para que determinados fatores aflijam determinados indivíduos e lugares e de que isso não necessariamente está relacionado à qualidade dos profissionais da pesquisa, suas metodologias e objetos de estudo. A ciência produzida a partir de lugares à margem pode ser de qualidade reconhecida por seus pares e ter um impacto significativo dentro de seu país, ou até mesmo internacionalmente.

Em um aspecto global, a situação do Brasil se mostra bastante insustentável, entretanto, ao olharmos de forma mais focalizada na região percebemos que o país demonstra grande folga em relação aos outros países da América Latina, abarcando mais da metade dos documentos computados pelo portal SCImago, conforme pode ser observado no Gráfico 4.

GRÁFICO 4 - Número de produções científicas dos primeiros 5 países da América Latina no SCImago Journal & Country Rank (1996 - 2023)



Fonte: Scimago Journal & Country Rank; elaboração da autora.

Pode-se observar que o Brasil destaca-se de maneira muito imponente frente aos irmãos latinos, tendo um número de produções, segundo o site, quase quatro vezes maior que

o segundo colocado, México e ficando sete vezes à frente do quinto colocado, a Colômbia. Tendo em vista os irmãos latinos, o Brasil reúne um número expressivo de artigos, registrando 1.427.852 artigos nos indexadores analisados pelo SCImago, indicando neste intervalo de 27 anos (1996-2023), uma média de 52.883,4 artigos por ano.

Como dito anteriormente, são vários fatores que influenciam nessa disparidade de produção e publicação do conhecimento dependendo de país para país, mas um dos mais importantes é o agente econômico. No Brasil o principal financiador das pesquisas e estudos científicos é o setor público. Muitas das pesquisas que demonstram efetividade e conseguem produzir mudanças na realidade estudada são produzidas em universidades públicas. Entretanto, “hoje, as pesquisas científicas, cada vez mais dependentes da tecnologia, ficaram mais caras e necessitam de recursos públicos e/ou privados para sua realização” (LEHFELD, 2007, p. 32). O uso de softwares também encarece as pesquisas científicas, afinal, para obter licenças de uso, treinamentos e equipamentos competentes para estas análises há um custo bastante elevado, que muitas vezes universidades e cursos menores não possuem condições de arcar. O capital humano também é bastante caro, se o pesquisador optar por um usar uma técnica de *survey*, por exemplo, ele terá que despender recursos para que os entrevistadores saiam às ruas para realizar a pesquisa, acarretando um custo elevado.

É impossível negar que os custos de uma pesquisa hoje são bastante grandes, seja pela realização de viagens de campo, uso de softwares, por isso é importante que haja um fortalecimento dos órgãos públicos que financiam as universidades e as pesquisas científicas, visando cada vez mais resultados positivos compartilhados, ou seja, publicados para que haja cada vez mais essa difusão do conhecimento científico, com o objetivo de mudança local.

Ainda sob a perspectiva do Brasil em 14º lugar no ranking mundial de publicações, a Agência FAPESP informa que o país publicou entre os anos de 2019 a 2023, 376.220 artigos, superando os números registrados por Chile, Argentina e Colômbia no período compreendido de 1996 a 2023. Entretanto, as únicas áreas do conhecimento que demonstraram um aumento no número de publicações no intervalo de 2019 a 2023, foram as ciências sociais, com um aumento de 11,6% e humanidades com alta de 82% na publicação de artigos. De 2022 para 2023, contudo, todas as ciências demonstraram quedas na produção e publicação, sendo as ciências médicas a que demonstrou maior diminuição, com 10% de redução (AGÊNCIA FAPESP, 2024).

A partir desse dado, onde as ciências sociais aparecem como uma das únicas áreas que demonstraram um aumento em suas produções, analisou-se então, especialmente os dados referentes a essa área tendo como base os indicadores acima citados. O Censo dos Grupos de

Pesquisa demonstra que em 2014 que a área que conta com mais grupos de pesquisa e pesquisadores é a área de Ciências Humanas, que abarca as Ciências Sociais, contando com 7.408 Grupos de Pesquisa e 63.296 pesquisadores registrados na área. Na Tabela 2 pode-se observar também que o segundo e terceiro lugares são ocupados pelas Ciências da Saúde e Engenharias e Computação, com 47.069 e 37.008 pesquisadores, respectivamente.

TABELA 2 - Número de Grupos de Pesquisa e Pesquisadores por área do conhecimento em 2014

Área do Conhecimento	Grupos de Pesquisa	Pesquisadores
Ciências Exatas e da Terra	3.494	26.901
Ciências Agrárias	3.292	33.524
Ciências Biológicas	3.650	31.462
Ciências Humanas	7.408	63.296
Ciências da Saúde	5.609	47.069
Engenharias e Computação	4.676	37.008
Linguagens, Letras e Artes	2.454	18.131
Sociais Aplicadas	4.841	36.600

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil; elaboração da autora.

Quanto aos dados do SCImago, os dados são bastante semelhantes. O Brasil configura em 13º no ranking a partir da aplicação do filtro “Social Sciences”, com o número de 106.039 artigos registrados. Quando move-se a lente apenas para a América Latina, o ranking anterior se repete, apenas com a mudança de configuração de alguns países, com o Brasil em primeiro, seguido por México, Chile, Colômbia e Argentina, respectivamente.

Para além de números precisamos retomar o pensamento inicial da pesquisa, o que motiva o pesquisador a produzir conhecimento, qual é o seu objeto e o que está buscando mudar nesta realidade, mas precisamos também prezar pela qualidade deste conhecimento. Afinal, “[...] observamos que o Brasil é um país em que se publicam as pesquisas, o que nos leva a pensar sobre outro quesito importante, a qualidade. Refletindo sobre esse assunto, em relação às pesquisas é medida de acordo com o fator de impacto” (JOVINO, 2019, p. 19). É necessário antes de querer aumentar números, bater metas e promover-se pessoalmente, preocupar-se com as implicações do conhecimento produzido e publicado, nas comunidades.

Nossa grande crítica à academia como um todo, mas focado nas Ciências Humanas, é no sentido de que se necessita entender como se pesquisar, suas formas de pesquisas, tipos de pesquisa, aplicabilidade dos seus métodos, busca de resultados com técnicas de pesquisas que casem com métodos. O pesquisador deve ter sensibilidade ao utilizar o método, ao ser humilde em entender o espaço de seu método, suas fragilidades, a ponto de não forçar resultados para cumprir metas (JOVINO, 2019, p. 21).

Jovino traz sua visão acerca das prioridades que devem ser estabelecidas pelo pesquisador ao construir sua pesquisa. Ele deve revisar suas metodologias, adequar seus métodos e conciliar suas técnicas buscando uma investigação que consiga dar conta de entender todas as facetas de seu objeto e resultar em uma publicação de qualidade, que qualifique ainda mais sua área de estudo, sua região e seu grupo de pesquisa.

A partir das reflexões apresentadas nessa seção, pode-se chegar a algumas conclusões. Pode-se notar que há muitas disparidades territoriais acerca da produção do conhecimento e isso acontece por diversos motivos, mas destaca-se aqui a questão econômica, que influencia diretamente na forma de que uma pesquisa é dirigida. O Brasil demonstra um aumento de Grupos de Pesquisa e pesquisadores nos anos observados, com destaque às Ciências Humanas que no ano de 2014 manifestou-se em primeiro lugar no plano frente às outras áreas do conhecimento.

Em termos de publicações científicas, notou-se que o país se enquadra de maneira semelhante nos rankings mundial e latinoamericano, no que diz respeito à produção científica de todas as áreas de conhecimento e das Ciências Sociais em específico. A partir destes dados, pode-se inferir que o Brasil, apesar de constar em apenas 14º no ranking mundial, é um país que produz e publica bastante conhecimento científico, entretanto, precisa-se reparar na qualidade desse conhecimento e se o impacto dele está sendo ou não positivo.

Entende-se o conhecimento científico como algo que é político, construído a partir da visão de mundo, da carga de conhecimento do pesquisador. Este processo de pesquisa deve seguir fases, respeitar processos, onde o pesquisador define uma metodologia, estabelecendo os métodos, técnicas e abordagens de pesquisa, assim como o seu objeto a ser estudado. A partir daí acontece o desenvolvimento da construção do conhecimento científico e espera-se que ao final obtenha-se um resultado satisfatório, que deve ser então publicado em forma de artigo científico, trabalho completo em evento, capítulo de livro ou livro, visando que o conhecimento construído seja disseminado entre seus pares e às comunidades a qual o pesquisador está inserido.

Por fim, salienta-se que é necessário que o debate sobre a forma de produção do conhecimento seja realizado dentro das universidades, não apenas produzindo o conhecimento pelo conhecimento, mas sim um conhecimento científico que poderá ser útil tanto para a comunidade acadêmica, quanto para a comunidade em que a universidade está inserida, sendo ativo de mudança dentro desta realidade.

2.1 A IMPORTÂNCIA DO PESQUISADOR-ORIENTADOR PARA OS RUMOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Ao voltar seu olhar para dentro das universidades pode-se notar uma gama imensa de pensamentos e concepções diferentes sobre os mais variados assuntos e conteúdos, inclusive sobre qual é a melhor forma de produzir conhecimento, e isso muitas vezes, causa conflitos pelas mais variadas razões. Professores de faixas etárias diferentes, com graduações distintas e formados por diferentes universidades, principalmente em um país continental como o Brasil, que como foi demonstrado possui uma má distribuição dos produtores de conhecimento pelo território, tendem a gerar algumas discordâncias tanto metodológicas, quanto sobre o que merece ser estudado, quais desenhos de pesquisa estão certos ou errados e como devem ocorrer as orientações de novos pesquisadores. Pedro Demo (2000) diz:

Os ambientes acadêmicos certamente pregam a cientificidade, e, em muitos deles, a vocação questionadora, mas praticam muito naturalmente a censura, ou a “patrulha”, como dizemos entre nós, pois à medida que certas propostas passam a ser dominantes, temas e metodologias são evitados, procedimentos especiais são preferidos (DEMO, 2000, p. 35).

Desta forma, a maneira de que um processo de pesquisa científica e produção do conhecimento vai acontecer depende justamente, como dito anteriormente, da carga de conhecimento e visão de mundo que o pesquisador carrega, mas no caso de um pesquisador iniciante, isso também depende da forma que seu orientador pensa. Os pesquisadores experientes possuem seus procedimentos e métodos para realizarem não apenas suas produções científicas, publicando artigos, livros e capítulos de livro, mas também moldam ao longo dos anos sua própria forma de orientar novos alunos no processo de Iniciação Científica (IC).

É preciso ensinar os iniciantes na pesquisa a investigar, procurando materiais e bibliografias adequadas à temática que pretendem trabalhar, como também realizar um trabalho metódico e bem-feito em relação ao material empírico que será coletado, sempre

atentando-se ao rigor científico para que o pesquisador iniciante não se desvie do que é realmente conhecimento científico. Processos operativos de pesquisa como técnicas de leitura⁶, de sublinhar⁷ e de fichamento⁸ devem ser ensinadas no primeiro momento do processo de Iniciação Científica, justamente para que o aluno possa situar-se e entender como funcionam textos científicos, sua estrutura, linguagem e organização.

É importante ressaltar aqui que não se está falando sobre a orientação de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), onde geralmente ocorrem apenas as orientações semanais enquanto o aluno desenvolve o seu trabalho, já o processo de IC é mais complexo. Com duração de, geralmente um ano, o aluno que propõe-se a passar pelo processo de IC, passa a se dedicar a um projeto de pesquisa, orientado por um pesquisador/professor experiente. Assim, tendo a oportunidade de conhecer novas pessoas, dentro e fora do Grupo de Pesquisa, participar de eventos e ter um contato mais estreito com o seu orientador, proporcionando um aprendizado maior e mais rico para aquele pesquisador iniciante.

Lehfeld (2007, p. 39) nos coloca que “o vocábulo iniciação significa iniciar-se em qualquer coisa; adentrar uma fase nova, na qual deve haver uma preparação preliminar para tal”. Justamente por isso é que neste processo de IC, é que acontece o contato preambular do aluno com os passos corretos de uma pesquisa científica, entendendo o que são abordagens, métodos, técnicas e como articular todos estes elementos para que sua coesão resulte em uma metodologia aplicável. O aluno de IC precisa, ao escolher desenvolver-se enquanto pesquisador, entender que está dando o primeiro passo em um novo caminho, que o levará, futuramente, a tornar-se um pesquisador. O processo de IC não é meramente formal, é importantíssimo para aqueles que têm pretensão de seguirem uma carreira acadêmica já terem, desde a graduação, uma experiência na pesquisa e na produção do conhecimento científico. Lehfeld (2007, p. 46) nos fala sobre a importância do processo de IC não apenas no âmbito acadêmico, mas também no pessoal:

Em relação à iniciação científica podemos dizer que o seu processo é um desafio no caminho da formação na graduação e é uma forma de apoiar e orientar o pesquisador iniciante numa ação pedagógica de qualidade, estimulando-o em ações transformadoras e independentes (LEHFELD, 2007, p. 46).

⁶ Ver mais em: MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: Prática de fichamentos, resumos e resenhas. Capítulo 5: Práticas de leitura, p. 90 - 111. 13ª edição, São Paulo, Editora: Atlas, 2021.

⁷ Ver mais em: MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: Prática de fichamentos, resumos e resenhas. Capítulo 1: Estudo e aprendizagem, p. 21 - 23. 13ª edição, São Paulo, Editora: Atlas, 2021.

⁸ Ver mais em: MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: Prática de fichamentos, resumos e resenhas. Capítulo 6: Fichamento, p. 113 - 131. 13ª edição, São Paulo, Editora: Atlas, 2021.

Ensinar o pesquisador iniciante a pensar criticamente é também um dos objetivos da IC, fazê-lo entender que nem tudo o que está escrito é verdade apenas por estar publicado, ou até mesmo que ele mesmo não vai estar sempre certo, é muito importante. Por isso que o aprimoramento de técnicas, métodos e o aprendizado correto da aplicação de uma metodologia é tão necessário neste momento, de iniciação na pesquisa e produção do conhecimento científico, para que no futuro não cometa erros, e se cometer, possa enxergá-los e entender onde e o que está errado, visando corrigir seu equívoco e jamais deixar-se levar pela falácia de que estará sempre correto.

Os processos metodológicos corretos, uma boa orientação e o comprometimento com a pesquisa e o conhecimento científico levarão o pesquisador iniciante a produzir conhecimento a partir da pesquisa que está vinculado, das mais diversas formas que já foram aqui mencionadas, por isso, um elemento bastante importante no início da caminhada dentro da pesquisa é a participação em eventos, para o debate de suas pesquisas, discussão de métodos e socialização de conhecimento, como coloca Teixeira (2009):

A vida acadêmica deve favorecer tanto a construção como a socialização dos conhecimentos. Deve incentivar a participação de alunos e professores em eventos internos e externos, estimulando a inscrição de apresentação de trabalhos científicos e deve ainda possibilitar a publicação dos mesmos em periódicos. Deve, então, criar mecanismos de aprimoramento e aperfeiçoamento dessas habilidades, em fóruns de discussão e debate, em que alunos e professores trocam, informam, ensinam e aprendem tais habilidades para a construção dos trabalhos científicos (TEIXEIRA, 2009, p. 44).

É a partir destes momentos de diálogo que o jovem pesquisador - não necessariamente descrito aqui como alguém de pouca idade, mas sim que está recém se iniciando na pesquisa científica - pode encontrar seu lugar dentro da academia, entender-se enquanto agente produtor de conhecimento científico e ator dentro da comunidade em que está inserido, fazendo com que pense para além das portas da universidade. Não pode-se pensar que apenas Doutores são os detentores do título de produtores do conhecimento, obviamente um aluno de graduação não está pronto para tamanha responsabilidade, mas sob a supervisão de um orientador/professor, pode atuar neste posto, o rigor metodológico é que deve determinar o que deve-se ou não ser considerado conhecimento científico, como coloca Lehfeld (2007):

Os seus estudos somente serão considerados como científicos quando resguardarem o rigor e a lógica científicos, associados às condições e aos níveis de formação graduada e pós-graduada do próprio pesquisador. Isso não significa que o aluno no curso de graduação não possa produzir conhecimento científico por meio da realização de um projeto de pesquisa que tenha a orientação de um professor

pesquisador mais experiente e titulado em níveis de mestrado e/ou doutorado (LEHFELD, 2007, p. 30).

Diante disso, é necessário que se pense na relação orientador-orientando, de que forma ela deve acontecer, quais os atributos necessários de um bom orientador e o que é preciso que o orientando tenha em mente ao começar o processo de IC. O aluno deve se comprometer em reservar tempo para leituras, reuniões de orientação e também para realizar as diligências necessárias para seu projeto de pesquisa, seja fazer entrevistas, ou captar dados de outras formas, é necessário que o aluno entenda que a partir do momento em que se participa de um programa de IC, terá que se dedicar de forma quase integral, buscando realmente aproveitar a experiência em sua integralidade, afinal

o processo de iniciação científica pode ser concebido como todo o percurso que os novos pesquisadores fazem por meio do aprendizado no “fazer” e do ato de construir seus procedimentos metodológicos nos processos investigativos e, ainda, por meio da busca de reconhecimento da comunidade científica de sua área de conhecimento e/ou legitimidade institucional como pesquisador (LEHFELD, 2007, p. 43).

Desta forma, caso consiga comprometer-se de forma verdadeira e dedicada ao processo de IC o orientando sairá desta fase formado para seguir sua carreira acadêmica de maneira mais facilitada, conhecendo os processos a serem seguidos e com uma visão crítica muito mais apurada, sabendo discernir quais metodologias se encaixam melhor para o tipo de trabalho que pretende desenvolver futuramente. Mas tudo isso só será possível se o aluno puder contar com um orientador comprometido com o seu desenvolvimento, que vise o crescimento profissional e pessoal do orientando, sendo capaz de sanar suas dúvidas, ensinando e explicando como cada passo do processo científico deve ser seguido e quais técnicas são melhores para a realização de cada tipo de pesquisa. O orientador também deve manter uma relação de diálogo com seu orientando, sem querer impor sua visão de mundo, pelo contrário, instigando o aluno a pensar por si mesmo.

A Iniciação Científica (IC) é um processo muito importante dentro das universidades, que se faz necessário justamente para que as pessoas que produzem o conhecimento científico não deixem de existir. O mundo evolui, novas tecnologias surgem e muitas vezes alguns conceitos tornam-se ultrapassados, mas sempre é necessário que se tenha professores justamente para auxiliar nesse processo de iniciação dos inexperientes em qualquer área de trabalho, no mundo acadêmico não é diferente. Os programas de IC são necessários, pois além de garantirem o futuro do conhecimento científico, também

podem: a) ampliar os horizontes dos educandos, incentivando-os a terem um olhar mais analítico-crítico sobre a realidade social em que estão inseridos; b) fazer com que os alunos construam questionamentos importantes sobre acontecimentos e objetos que possam induzir a realização de estudos científicos; c) induzir o aluno a compreender que devemos fugir ao que nos é apresentado como dogmático (determinante de certezas), alienado (longe da realidade) e histórico, ao se elaborar suas metodologias de estudo; d) relacionar o prazer em produzir cientificamente conhecimento com o prazer de se formar como profissional, unindo essas competências para a mudança da sociedade como um todo (LEHFELD, 2007, p. 44-45).

Os programas de IC garantem que o conhecimento científico possa ser utilizado para instâncias além da acadêmica, para mudanças na realidade em que o pesquisador está inserido. Apesar de essenciais dentro do processo de formação de pesquisadores, não são todos os alunos que desejam ser pesquisadores que têm a oportunidade de ingressarem como bolsistas⁹ de IC, por ser uma atividade que demanda tempo e dedicação muitos alunos não têm condições de participarem. Há também a questão de serem poucas “vagas” de IC dentro das universidades, pois muitas vezes os professores não dedicam-se à pesquisa, portanto não mantendo projetos que possam concorrer a estas bolsas de estudos.

As bolsas de IC, além de trazerem grande crescimento pessoal e profissional para o contemplado, também possibilita que o aluno, com o auxílio financeiro oferecido pelo pagamento da bolsa, possa continuar dentro da universidade e se dedicar ao processo de iniciação na pesquisa. Entretanto, mesmo com o aumento que houve em 2023¹⁰ na bolsa de IC de R\$ 400,00 para R\$ 700,00, o valor continua bem abaixo do salário mínimo corrente, que consta no valor de R\$ 1.412,00, fazendo com que dinheiro seja insuficiente para o aluno, que muitas vezes é de cidade ou estado diferente da sede da universidade, se sustente pagando contas básicas, como moradia e alimentação, principalmente porque é praticamente impossível que haja uma complementação de renda, tendo em vista o nível de dedicação que a IC exige.

Diante destes aspectos é preciso que o orientador tenha uma boa conduta ao ocupar este cargo, prezando para que nem o tempo dele, nem do aluno, sejam perdidos. A figura do orientador não é importante apenas frente aos ensinamentos que ele apresenta ao aluno, mas também porque o orientando enxerga em seu orientador como ele próprio pode ser no futuro, quase como um espelho. Um orientador que produz, publica e dissemina conhecimento científico de qualidade e com comprometimento, tem mais chances de orientar um

⁹ “As bolsas de iniciação científica surgiram em 1951, com a criação do órgão de fomento à pesquisa (CNPq), o qual atendia na época, de forma reduzida, poucas áreas do conhecimento” (LEHFELD, 2007, p. 49).

¹⁰ Ver <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/governo-federal-anuncia-reajuste-de-bolsas-do-cnpq-e-da-capes>. Acesso em: 10/11/2024.

pesquisador também comprometido e responsável, do que um orientador que apenas carrega esse título, mas não realmente atua para sua função, que apenas espera que o orientando aprenda os passos da pesquisa científica sozinho, sem o devido ensino e exemplo.

Pensando em tipos ideais e não ideais de orientador, Elizabeth Teixeira (2009), traz uma tipificação com três categorias, o “orientador formal ou nominal”, o “orientador tirano” e o “orientador desejável”, cada um representando um tipo de pesquisador que pode ser encontrado dentro das paredes da universidade.

O orientador formal ou nominal é aquele que só entra com o nome no trabalho, pois nunca tem tempo de se dedicar à leitura do material produzido pelo orientando e/ou orientá-lo passo a passo nas ações de pesquisa. [...] O que ele provoca pode ser denominado de lesão científica, que poderá marcar para sempre a trajetória de um orientando, que nunca mais ou tão cedo vai querer se aproximar de outras atividades de iniciação científica (TEIXEIRA, 2009, p. 164-165).

Como dito pela autora, esse tipo de orientador, além de não cumprir com sua responsabilidade, ainda pode ocasionar a desistência de um aluno da vida como pesquisador, o afastando de atividades acadêmicas, justamente por não dedicar-se à sua função como orientador. Em contrapartida, o orientador tirano reserva todo o tempo para os encontros de orientação,

mas não permite que o orientando tenha ideias diferentes daquelas que ele apresenta. [...] Esses verdadeiros coronéis de cátedra não sabem dialogar com os orientandos. [...] O orientando tem a sensação que está fazendo a pesquisa do orientador e não a sua. Ele não está aprendendo a construir conhecimento através da pesquisa, mas a obedecer ordens e seguir instruções, decisões das quais não participou (TEIXEIRA, 2009, 165-167).

A relação entre orientador e orientando não deve ser verticalizada, onde um indivíduo fala e o outro apenas obedece, mas sim um espaço de diálogo e aprendizado mútuos. Certamente o orientando deve ouvir e entender o que o professor está lhe ensinando, mas o orientador não pode apenas mandar que o aluno repita processos, é necessário além de orientar, que o professor de algum nível de autonomia ao aluno para que possa começar a pensar por si mesmo e de maneira crítica, exercendo sua própria pesquisa e não apenas reproduzindo métodos.

Já o “orientador desejável”, então, é aquele que sempre dispõe de tempo para os encontros de orientação com seu aluno, o orienta acerca dos caminhos da pesquisa, criticando o que deve ser criticado, mas apontando também seus acertos, com uma postura aberta de conversação, mostrando os diferentes rumos que cada pesquisa pode seguir, nunca delimitando os passos de seu orientando, dando autonomia para que entenda seus próprios

processos, mas sem deixá-lo solto e desorientado, é preciso equilíbrio (TEIXEIRA, 2009, p. 167).

Isto posto, é seguro afirmar que a relação entre professor e aluno precisa ser baseada em uma troca de saberes, com a participação efetiva e comprometida de ambos os lados, para que os resultados sejam satisfatórios para as partes e que o conhecimento científico gerado a partir dessa interação possa contribuir de maneira útil tanto para a comunidade acadêmica, quanto externa, provocando mudanças para o melhor. “Nos encontros de orientação, a relação orientador-orientando precisa ser dialógica, sem que o orientador faça o papel de opressor e o orientando de oprimido” (TEIXEIRA, 2009, p. 167), deixando claro o que deve ser melhorado, mas sem coibir os pensamentos de seu aluno, o orientador deve estar sempre em constante evolução, demonstrando para seu orientando que o conhecimento não é estático. É justamente pensando nessa volatilidade do conhecimento que o professor orientador precisa agir, afinal, para que se tenha sucesso na IC, é necessário que o pesquisador seja empenhado e tenha compromisso com a colocação de novos atores no processo de produção do conhecimento.

Um dos problemas para que a IC seja mais universalizada, é a falta de interesse de pesquisadores em atuarem como professores e orientadores nesse processo. O ensino atrelado à pesquisa exige, como dito anteriormente, dedicação e comprometimento, não é apenas mero protocolo, afinal, espera-se que o aluno complete sua Iniciação Científica e tenha o conhecimento necessário para continuar sua vida acadêmica com suas próprias habilidades, sem necessitar de um auxílio tão direto de um pesquisador mais experiente. Por esse fator, muitos professores não têm interesse em buscar projetos e concorrer a bolsas para a IC, não se comprometendo com esse processo de iniciar novos alunos à pesquisa.

As universidades públicas no Brasil são as maiores responsáveis pela produção do conhecimento científico no país, representando cerca de 95% de toda ciência produzida, justamente por possuírem um grau elevado de institucionalização da pesquisa dentro de suas paredes, entretanto, os índices de Iniciação Científica (IC) realizada dentro das mesmas ainda é baixo (LEHFELD, 2007, p.43). Assim, não pode-se atribuir a falta de alunos dentro dos programas de IC apenas pela falta de interesse dos mesmos, mas também muitas vezes são os próprios professores que não estão dispostos a abrirem mão do próprio tempo, Lehfeld (2007) coloca que “apesar da tendência que aos poucos se instala nessa modalidade em meios universitários que não possuíam essa cultura institucional de iniciação científica, ainda é restrito o número de docentes que se dedicam ao ensino voltado para a pesquisa.” (LEHFELD, 2007, p. 42). O futuro da produção do conhecimento científico está dentro da

universidade, é preciso que os alunos sejam ensinados a pesquisar, a como estruturarem suas visões de mundo e a pensarem de maneira crítica. Deve-se então investir nos novos pesquisadores, prezando por um sistema de orientações em que o diálogo é o norte para o qual devem seguir, com um orientador que realmente oriente, apontando os erros e indicando como o aluno pode corrigi-los, sem impor seu modo de pensar e trabalhar, e um orientando que se comprometa com o processo de IC.

Diante disso, partindo do pressuposto que a produção do conhecimento científico é também bastante influenciada pela carga de conhecimento que o pesquisador já possui, é necessário que sua formação seja de qualidade e comprometida com o rigor científico. O processo de Iniciação Científica (IC) proporciona ao aluno que o mesmo possa aprender a utilizar métodos e técnicas e também como aplicar uma metodologia de pesquisa da forma correta. Para isso, o orientador é peça chave, pois é ele quem deverá guiar os caminhos do aluno de uma forma que o aluno aprenda, mas sem se colocar na posição de um ditador que apenas mandará seu orientando seguir regras e posicionamentos já estabelecidos, é preciso que haja certo grau de autonomia entre orientador e orientando, justamente para que haja o exercício do pensamento crítico do aluno. Por fim, o ensino voltado à pesquisa exige muito do pesquisador, por isso nota-se que mesmo sendo as maiores produtoras de conhecimento científico no Brasil, as universidades públicas ainda contam com um baixo número de alunos engajados na IC, por demandar tempo e empenho, muitos professores optam justamente por não realizarem projetos de pesquisa, não investirem no futuro da produção científica.

3 A CIÊNCIA POLÍTICA COMO CAMPO DE ESTUDOS INDEPENDENTE

A Ciência Política como campo de estudos independente ainda é um campo pouco explorado no Brasil, com poucos cursos de graduação e esparsos Programas de Pós-Graduação. Neste capítulo irá tratar-se em um primeiro momento as questões relacionadas ao panorama histórico da Ciência Política como disciplina independente dentro das Ciências Sociais, aqui em especial destacou-se a história relativa aos Estados Unidos da América (EUA). Se discutirá também como o debate inicial da Ciência Política acontecia no Brasil, antes da importação da revolução behaviorista dos norte-americanos e quais são os moldes seguidos nos dias de hoje. Por fim, através de informações selecionadas diretamente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), montou-se um panorama de como se situa atualmente o campo de estudos da Ciência no Brasil neste momento.

Como na maioria das áreas de estudo nas universidades e faculdades brasileiras, a Ciência Política sofreu uma influência externa muito grande acerca dos padrões a serem seguidos, como pesquisar, quais assuntos, de que forma dividi-los, tudo isso, em sua maioria foi ditado pelo modelo trazido dos EUA. A forma de produzir conhecimento científico, obviamente, também foi afetada por isso, por este motivo torna-se necessário que façamos esse retorno à história da Ciência Política para entendermos quais influências estão mais ou menos presentes dentro do imaginário do pesquisador e produtor de conhecimento dentro dessa área de estudos.

De uma perspectiva moderna, pode-se afirmar que a Ciência Política é uma disciplina recente, apesar de saber-se que há estudos sobre organização política e sistemas de governo desde muito antes de institucionalizar-se o estudo “tradicional” da Ciência Política. Sabemos que há muitos estudos políticos que remontam tempos muito mais antigos, mas como conhecemos hoje, a Ciência Política foi “criada” pelos EUA, obviamente não pode-se atribuir aos colegas norte-americanos todo o crédito pelo início do estudo sistemático da política, mas sim “o que estes fizeram, de fato, foi criar uma profissão acadêmica especializada no estudo da política e institucionalmente separada do estudo da História e da Filosofia” (FERES JR., 2000, p. 97). A partir disso, o país tornou-se o espelho para outros países e universidades que possuíam departamentos e centros de pesquisa em Ciência Política, exportando suas ideias ao mundo inteiro, sendo um grande influenciador e transferidor de perspectivas teóricas e temáticas de estudo.

O ponto de vista no qual a Ciência Política nos EUA se constituiu foi de que ela tinha o papel de ensinar aos cidadãos sobre a política, mas ao mesmo tempo sem deixar de lado a perspectiva de teorização científica, tornando-se assim uma disciplina de caráter mais profissional, mas totalmente acadêmica. Tendo esse intuito de ensinar aos cidadãos, o princípio inato de modelo de democracia dentro da Ciência Política é tido como muitos historiadores da história política dos EUA como inquestionável e incontroverso (FERES JR., 1988, p. 98). Com o tempo, os cientistas políticos estadunidenses afastaram-se dos temas mais em voga na sociedade, tal fato se deu pelo excesso de profissionalização e academicidade que a disciplina tomou, fazendo com que estes estudiosos se dedicassem cada vez mais a assuntos menos políticos, a partir disso, os cientistas políticos viam-se cada vez com menos influência e autoridade em seu campo de estudos.

Pensando em sanar esses problemas e colocarem-se novamente em primeiro plano no debate político, os acadêmicos da Ciência Política nos EUA lançaram a Behavioral Revolution, onde adaptaram métodos, técnicas e abordagens metodológicas das ciências

naturais para a Ciência Política, visando um saber mais objetivo, sem as nuances dos antigos pensadores políticos e subjetividades de outras ciências humanas. Justamente a separação da Ciência Política verdadeiramente científica da história do pensamento político e da teoria política normativas, essa distinção e exclusão é tão clara que ao analisar-se a literatura produzida atualmente no campo da Ciência política nos EUA, é perceptível que textos de teoria política, sejam clássicos ou não, são completamente ignorados pelas subáreas ditas mais “científicas” da Ciência Política: política americana, política comparada, relações internacionais e políticas públicas (FERES JR., 2000, p. 101).

Outro ponto de virada na história da Ciência Política norte-americana, foi o momento em que os EUA entraram no conflito da Segunda Guerra Mundial. Até então os departamentos de Ciência Política eram sustentados majoritariamente por instituições privadas, mas com o engajamento do país na guerra, os cientistas políticos deixaram as torres das universidades e juntaram-se ao esforço de guerra, estudando atitudes e valores dos soldados, trabalhando para propaganda e alistamento das tropas, enquanto analisavam os comportamentos das sociedades civis após os bombardeios.

É importante ressaltar que a Behavioral Revolution se deu em parte no momento em que o mundo estava no período entreguerras, ou seja, onde a manipulação do imaginário popular através das ideologias era imprescindível e nesse atmosfera os cientistas sociais tinham ainda mais espaço para se mostrarem úteis aos seus maiores empregadores, o Estado norte-americano. Mas não se deve pensar de maneira restrita, o governo dos EUA não foi o único empregador dos cientistas políticos à época, afinal muitas empresas privadas injetaram milhares de dólares para a produção de pesquisas que corroborassem com seus interesses.

O tipo de pesquisa proposto pelos behavioristas era baseado na técnica de *survey*, que, por depender muitas horas de trabalho de coleta e análise de dados, necessitava de um grande aporte de recursos e estrutura institucional. Conseqüentemente, os acadêmicos que praticavam esse tipo de Ciência Política tornaram-se altamente dependentes das fontes de financiamento, privadas e públicas, a tal ponto que é difícil contar a história da behavioral revolution sem notar que a Fundação Ford esteve umbilicalmente envolvida com o financiamento das pesquisas e com a promoção dos acadêmicos desse movimento. [...] Por sua vez, os cientistas políticos também passaram a deixar de lado temas controversos que pudessem ser recebidos com desconfiança pelas fontes de financiamento (FERES JR., 2000, p. 104).

A Ciência Política norte-americana tende a ser menos autocrítica, buscando apenas um conhecimento “científico” positivo, onde muitas vezes deixaram de lado elementos para contribuir para o resultado que as agências e empresas financiadoras pretendiam alcançar, “seria ingênuo pensar que as fontes financiadoras investiriam em projetos cujo objetivo é

desmascarar os interesses políticos por trás das políticas de fomento implementadas por elas próprias”(FERES JR., 2000, p. 105). Há uma grande necessidade dentro da Ciência Política norte-americana de fazer este movimento de autocrítica e crítica à sua própria sociedade e sistema político, afinal os EUA importaram seu modelo de vida ao mundo, mas não preocuparam-se em voltar seu olhar para si mesmo para descobrir onde e como alguns elementos, obviamente, deram errado. No campo da Ciência Política relegar a crítica e autocrítica apenas à subárea de teoria política, sem acarretar nenhuma consequência ao resto da disciplina, não é suficiente, é preciso que os moldes desse intrincado sistema de produção do conhecimento dos EUA passe por esse processo de avaliação, afinal são o espelho da Ciência Política para o mundo, precisando agir como tal.

Estes fatores históricos da formação da Ciência Política como disciplina especializada, influenciaram diretamente na formação do campo de estudos da Ciência Política no Brasil, tanto que hoje em dia o país se utiliza de um modelo estrutural muito semelhante ao que foi implementado, e é até hoje usado, nos EUA. Mas o que havia antes da importação do modelo estadunidense e como era formado o pensamento político no Brasil, em um tempo que os métodos científicos como conhecemos hoje não eram tão difundidos e acontecia uma espécie de análise crítica da conjuntura, ao invés de uma pesquisa científica propriamente dita?

No Brasil, anteriormente a década de 1960, havia no país estudos de caráter analítico, que tinham como força motriz explicar de maneira mais abrangente sobre os fatos que estavam acontecendo relacionados à política, estas análises contavam com instrumentos historiográficos, sociológicos e filosóficos para entenderem a realidade que propunham-se a avaliar, eram produzidos por “intelectuais isolados, a praticar um ensaísmo histórico-sociológico aberto, sem sinais de adensamento e apuro disciplinar” (LESSA, 2011, p. 29). Estes estudos, após a década de 1970 então passaram a ser definidos como interpretações da realidade política brasileira, seus autores ficaram conhecidos como “Intérpretes do Brasil” e o conhecimento transmitido por eles deixou de ser considerado um modelo de como o país devia portar-se, para tornar-se apenas uma história de ideias em relação aos temas políticos.

Estes pensadores escreveram suas obras com um intuito de intervenção imediata na realidade em que estavam inseridos, quase como para determinar um problema e oferecer os recursos para que lhe fosse encontrada uma solução. Entretanto, não demonstravam ideias paroquiais e idiossincráticas, mas sim pensamentos que absorveram e fertilizaram tendências de dentro do campo da filosofia política à sua época em uma perspectiva internacional, esforços recentes, e outros nem tanto, de historiadores do pensamento político brasileiro têm

tentado demonstrar a consistência dessas tradições e formas de fixação desses pensadores, procurando quebrar o estigma que o período anterior à institucionalização moderna da Ciência Política traz (LESSA, 2011, p. 22; 29-30). Roberto Lessa traz uma interessante perspectiva, de que o país não dependeu de um agente externo para dar o pontapé inicial no estudo da Ciência Política no Brasil, pois contava com uma ampla gama de autores que se debruçaram à compreender o pensamento político brasileiro:

a precedência de um pensamento político, a um só tempo atento ao debate internacional e voltado para a intervenção prática, já naquela altura, deve deflacionar nossas sensações de que o campo de conhecimento supostamente estabelecido a partir da consolidação da moderna pós-graduação no país é contemporâneo de sua própria história (LESSA, 2011, p. 23).

É preciso que se observe também o período histórico pelo qual o Brasil estava passando quando falamos sobre a produção do conhecimento e pensamento político no país, afinal este é um fator decisivo na construção de bagagem social e intelectual, determinando de forma direta o que será estudado e de que forma isso será feito. Na ditadura Civil-Militar (1964 - 1985), por exemplo, o país passou por uma reestruturação de todos os moldes institucionais e as universidades e instituições científicas não foram excluídas destas mudanças. Neste período tornaram-se imponentes ao imaginários dos produtores de conhecimento, aqui com enfoque nos cientistas sociais, além das alterações institucionais mais imediatas, a afirmação progressiva do papel do Estado na forma em que a sociedade brasileira se organizava.

Se os temas do desenvolvimento, da questão nacional e das reformas de base, na primeira metade dos anos 1960, constituíram-se como atratores quase compulsórios para a reflexão política, o quadro a partir dos idos de março de 1964 será um tanto distinto. A partir da segunda metade da década de 1960, o macrotema que se impõe, a interpelar a capacidade analítica dos cientistas sociais, é o da crescente presença e preeminência do Estado em praticamente todos os processos sociais (LESSA, 2011, p. 35).

A partir de fins da década de 1960 e na seguinte houve também um fenômeno caracterizado por uma importante parcela de cientistas sociais, e aqui incluem-se os da área política, indo para fora do país, em especial para os EUA, para o estudo da ciência política norte-americana, entendendo seus padrões disciplinares e de organização. Este evento ocasionou que muitos aspectos relacionados à constituição da disciplina no Brasil a partir da década de 1970 fossem associadas a este modelo importado, principalmente em questões

relacionadas à profissionalização e estabelecimento do estudo da política como algo autônomo frente a outras dinâmicas sociais (LESSA, 2011, p. 36).

Portanto, a partir da década de 1970, para aqueles que tinham o costume de produzir e consumir conhecimento político no Brasil de um ponto de vista sistemático, notou que estes aspectos deixaram de ser “interpretados”, mas sim explicados por estudiosos com intuito e pretensão de uma explicação positiva dos fenômenos políticos, assim “[...] há uma demarcação clara entre o que hoje designamos como “intérpretes do Brasil” e o que, a partir da década de 1970, se definiu, entre nós, como o campo de uma ciência da política” (LESSA, 2011, p. 18). Houve um rebaixamento do pensamento político anterior aos anos 1970, por não tratar-se de algo embasado metodologicamente ou que não contasse com métodos quantitativos que ficaram bastante conhecidos a partir desta década. Mas não pode-se excluir o mérito destes pensadores que construíram, sem lastro de universidades ou instituições, estudos aprofundados sobre as realidades políticas que lhes cercavam.

As datas que ficaram como oficiais para o início do campo de estudos da Ciência Política brasileira, então, foram por volta da metade da década de 1960 e início da década de 1980, período onde os elementos constitutivos da Ciência Política atual tomam forma e se consolidam no país. Seguindo os padrões estadunidenses, essa nova onda trouxe uma grande expansão de programas de pós-graduação e a institucionalização dos trabalhos, por meio de centros de pesquisa, departamentos universitários, tanto públicos, como privados, levando a um processo de profissionalização dos produtores do conhecimento científico e político prometendo a produção de

tal conhecimento como uma “ciência”, com protocolos distintos dos praticados pela filosofia política, percebida como contaminada por fortes componentes historicistas e normativos. A reorientação proposta pretendia, ainda, executar uma virada empírica e positiva no campo do conhecimento da vida política, voltada para a explicação de como os fenômenos políticos ocorrem no assim chamado mundo real. Uma ciência da política, assim revolucionada, deveria sustentar-se em bases exclusivamente realistas e experimentais e dispensar referências de ordem normativa (LESSA, 2011, p. 40).

Buscando afastar-se outras áreas das ciências humanas, como a história e sociologia, a Ciência Política brasileira no período que sucedeu os anos 1960 buscou, cada vez mais, através da adoção de processos de pesquisa definidos como sendo “metodológicos” e “anti filosóficos” se mostrar como uma ciência “séria”, deixando de lado o caráter analítico e ensaístico dos antigos “Intérpretes do Brasil”, como ficaram conhecidos aqueles que faziam

estudos sobre pensamento político no país no período anterior a importação da revolução behaviorista.

Assim nasceu e estabeleceu-se a Ciência Política no Brasil como conhecemos hoje. Trazendo uma bagagem dos EUA e sua revolução behaviorista, deixando para trás como ultrapassados e não-científicos seus pensadores e os rebaixando ao posto de “Intérpretes do Brasil”, a Ciência Política brasileira se constituiu como um campo bastante institucionalizado através dos centros de pesquisa e universidades, utilizando-se de métodos primariamente quantitativos, a fim de poder “medir” de forma mais precisa os fenômenos políticos, não dependendo de variáveis subjetivas como outras áreas das ciências humanas.

Ao pensar nesta forma tomada pela Ciência Política no Brasil, principalmente em questões que versam sobre a institucionalização do campo de estudos da área, há a necessidade de voltar-se o olhar para entendermos como esse elemento, tão importante para o desenvolvimento desta área no Brasil, está hoje, quantos são os cursos de graduação voltados para a formação especialmente de cientistas políticos, quantos são os programas de pós-graduação que são responsáveis por lançarem ao mundo novos pensadores e pesquisadores, e em termos de publicações, como está posicionada a Ciência Política brasileira frente a outros países, buscou-se então a elaboração de um pequeno panorama para a apresentação de tais peças que remontam de que forma encontra-se o campo de estudos no Brasil.

Apesar de ter havido um esforço por parte dos “primeiros” cientistas políticos brasileiros em afastar o campo de estudos de outras áreas de conhecimento, quando se pensa em cursos de graduação ainda são poucos os que formam os estudantes como “apenas” cientistas políticos. A maioria dos cursos ainda são de “Ciências Sociais”, dando ao aluno a liberdade de escolher no decorrer do curso qual será sua área escolhida. Como cursos de Ciência Política, observa-se apenas cinco no Brasil, contando apenas os cursos de graduação oferecidos por IES públicas. Em consulta ao site de seleção de vagas do Sistema de Seleção Unificada (SISU), ao pesquisar os termos “ciência política” encontramos os dados expostos na tabela a seguir:

TABELA 3 - Cursos de graduação em Ciência Política em IES públicas conforme SISU

Curso	IES	Unidade Federativa
Ciência Política	UFPE	Pernambuco
Ciência Política	UFPI	Piauí
Ciência Política	UNIRIO	Rio de Janeiro
Ciência Política e Sociologia	UNILA	Paraná
Ciências Sociais - Ciência Política	UNIPAMPA	Rio Grande do Sul

Fonte: SISU Vagas; elaboração da autora.

Nota-se que há dois cursos na região Nordeste, mesma quantidade na região Sul e um na região Sudeste, enquanto na região Centro-Oeste e Norte não há nenhum, demonstrando uma disparidade entre as regiões do Brasil nesse quesito. Mas mesmo nas regiões que têm pelo menos um curso de graduação voltado à área, ainda são muito poucos, limitando demais aqueles que poderão tornar-se um dia cientistas políticos.

Para cursos de pós-graduação, entretanto, os números são um pouco melhores, mas ainda limitados geograficamente. No Brasil os cursos de pós-graduação em Relações Internacionais (RI) e Ciência Política (CP) são registrados sob a mesma área dentro da CAPES, que em documento divulgado em 2019 computou, ao todo, 83 cursos, distribuídos em 59 programas de pós-graduação,

trata-se de uma área de tamanho médio em comparação com as demais 48 Áreas de avaliação da CAPES [...]. Do total de cursos, praticamente a metade é de mestrados acadêmicos (49%), mas 20% da Área já são mestrados profissionais, uma tendência que só se desenvolveu nesta década de 2010 (DOCUMENTO DE ÁREA; ÁREA 39: CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2019, p. 1).

A área de CP&RI passou por um crescimento gigantesco nas últimas décadas, passando de apenas dez para 59 programas de pós-graduação, esse maior progresso pode ser observado a partir de 2008, triplicando até 2019, este crescimento foi visível também do ponto de vista de estudantes matriculados títulos concedidos e professores, como mostra Figura 1.

FIGURA 1 - Indicadores de crescimento da Área de Ciência Política e Relações Internacionais (1998 - 2017)

Tabela 2. Indicadores de crescimento da Área de Ciência Política e Relações Internacionais (1998-2017)

	1998	2008	2017	Variação 1998-2017
Estudantes matriculados	459	1033	2440	432%
Mestrado Acadêmico	339	568	1.107	227%
Doutorado Acadêmico	120	392	1.015	746%
Mestrado Profissional	0	73	318	
Títulos concedidos	111	234	584	426%
Mestrado Acadêmico	84	167	403	380%
Doutorado Acadêmico	27	53	125	363%
Mestrado Profissional	0	14	56	
Professores*	92**	250	679	638%
Visitantes		7	41	
Colaboradores		85	178	
Permanentes		250	679	
total geral		342	898	
Publicações Scopus (artigos)	29	379	893	2.979%
Ciência Política e Relações Internacionais	5	80	193	3.760%
Sociologia e Ciência Política	24	299	700	2.817%

* Em 1998 a CAPES registrava professores NRD3, NRD5 e NRD6. Assumimos, para fins de cálculo comparativo, que o NRD6 corresponde aos atuais professores permanentes dos programas.

** NRD6

Fonte: GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES coleta em 1 jun. 2019

Fonte: SJR Scimago Journal & Country Rank (<https://www.scimagojr.com/journalrank.php>) coleta em 28 maio 2019

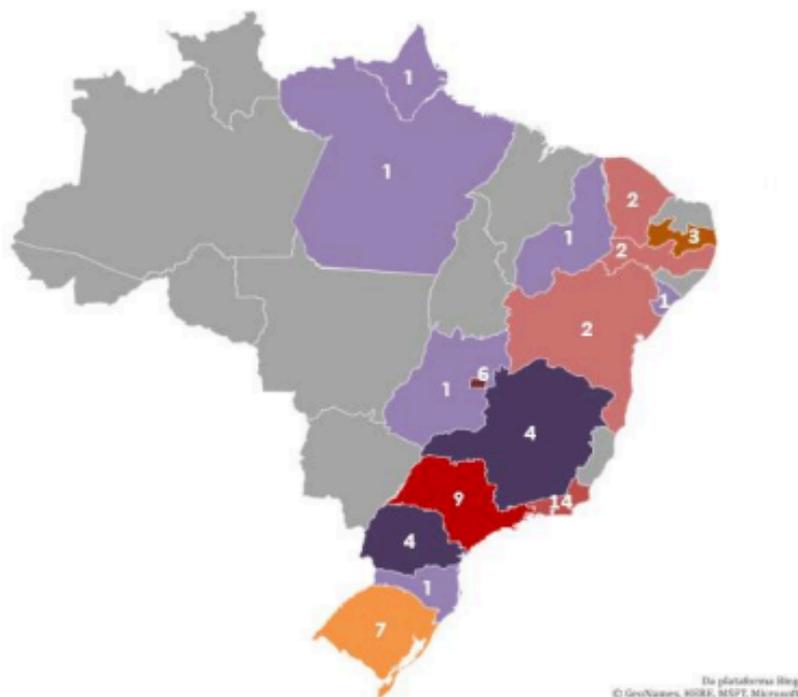
Fonte: Documento de área; Área 39: Ciência Política e Relações Internacionais, 2019.

Uma variação tão expressiva, principalmente em relação a estudantes matriculados e títulos concedidos, diz muito sobre a condução do desenvolvimento da área no Brasil. É perceptível que houve um trabalho focado realmente no fortalecimento destes programas de pós-graduação, buscando expandir seus horizontes e fazer com que a área se tornasse mais atrativa e competitiva frente às coirmãs das Ciências Sociais, mais antigas e melhor estabelecidas institucionalmente, mas mesmo assim, em 2019, a área de CP&RI já possuía um número mais elevado de programas de pós-graduação, devendo-se isso à política de expansão adotada pela CAPES desde o fim da década de 2000 e também ao estímulo para a criação de mestrados profissionais (DOCUMENTO DE ÁREA; ÁREA 39: CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2019, p. 3).

Apesar deste grande avanço de um ponto de vista numérico, a expansão geográfica, apesar de existente, se mostra ainda insuficiente, como se pode observar na Figura 2, que mostra a distribuição por estados dos programas de pós-graduação na área de CP&RI. A região Norte, por exemplo, até 2019, contava com apenas dois programas de pós-graduação na área, distribuídos em dois estados, enquanto no estado do Rio de Janeiro estão estabelecidos 14 programas. Essa disparidade é alarmante, precisando ser sanada, afinal, como dito anteriormente, o conhecimento científico produzido a partir destes programas é

utilizado para gerar mudança na realidade em que vivem, enquanto não houver oportunidades justas para que todos possam produzir conhecimento científico a partir da sua realidade, não será possível haver nenhuma melhora significativa.

**FIGURA 2 - Número de programas de pós-graduação (CP&RI) por estado em 2019
(profissionais e acadêmicos)**



Fonte: dados compilados a partir da Plataforma Sucupira

Fonte: Documento de área; Área 39: Ciência Política e Relações Internacionais, 2019.

Dos 59 programas de pós-graduação demonstrados conforme a figura acima, em 2019, do total 41 (71%) programas eram pertencentes à modalidade acadêmica, enquanto apenas 17 (29%) eram da modalidade profissional. Quanto à avaliação¹¹ da CAPES, as notas dos programas de pós-graduação pertencentes à área demonstram a pouca idade e consolidação da área de CP&RI, quase todos os programas possuem nota três (41%) e quatro (29%), contabilizando 70% dos programas com a menor estrato possível, já a nota cinco é atribuída a

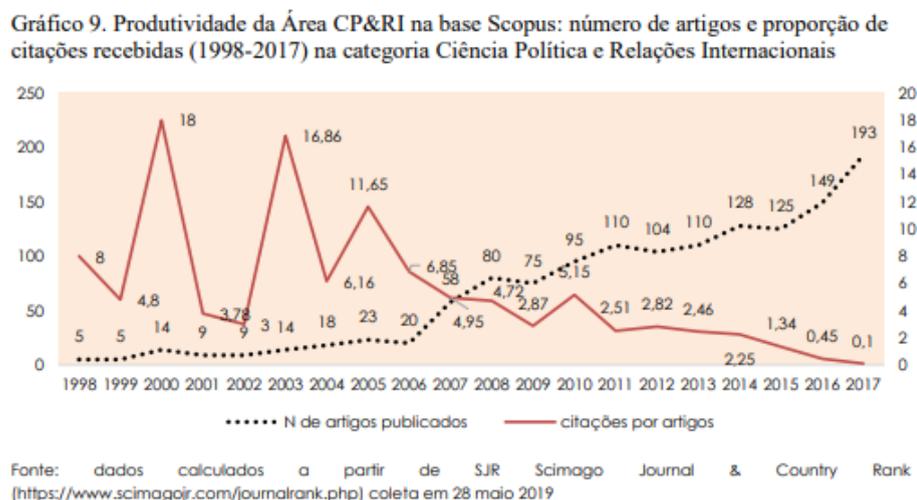
¹¹ A Avaliação Quadrienal é parte do processo de permanência dos cursos de pós-graduação stricto sensu no SNPG e é realizada pelas 50 áreas de avaliação. Os resultados da Avaliação Quadrienal são expressos em notas, numa escala de 1 a 7, que são atribuídas aos mestrados e doutorados após análise dos indicadores referentes ao período avaliado e determinam a manutenção ou não desses cursos no SNPG. Os programas que receberem notas 1 e 2 deixam de ser avaliados pela CAPES e entram em processo de desativação. Os programas que recebem notas de 3 a 7 estão em funcionamento. Notas superiores a 5 somente são atribuídas a programas com elevado padrão de excelência e que tenham cursos de mestrado e doutorado. Ver mais em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao>. Acesso em: 14/12/2024.

14% dos programas e a nota seis a 12%, enquanto a nota sete, o número máximo alcançável, pertence a apenas dois programas, da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (DOCUMENTO DE ÁREA; ÁREA 39: CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2019, p. 7).

A área de CP&RI pode ser dividida em quatro subáreas, que coexistem de maneira harmoniosa, afinal a área demonstra uma grande vocação interdisciplinar, essas subáreas são: Ciência Política, Relações Internacionais, Políticas Públicas e Estudos de Defesa/Estudos Estratégicos, cada um contando com 19, 16, 17 e 8 programas de pós-graduação em cada, respectivamente (DOCUMENTO DE ÁREA; ÁREA 39: CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2019, p. 10). Com o crescimento da área, obviamente houve também um aumento de publicações acerca dos temas relacionados. Entretanto, como se pode observar na Figura 3, o crescimento das publicações não foi acompanhado pelo aumento do impacto intelectual das mesmas. Como podemos ver, conforme a base Scopus¹², o número de citações referentes aos trabalhos publicados só diminuiu de acordo com os anos, fazendo com que seja necessária uma reflexão acerca deste conhecimento científico que está sendo produzido realmente é relevante, se o que está sendo produzido pode ser realmente considerado científico e qual é o seu público-alvo, quem está pretendendo atingir. Tais dados mostram que um dos maiores desafios da área de CP&RI, é trabalhar para o aumento da relevância intelectual de seus trabalhos, conciliando isso com o cada vez maior avanço e expansão da área.

¹² Scopus é a maior base de dados de resumos e citações de literatura revisada por pares, com ferramentas bibliométricas para acompanhar, analisar e visualizar a pesquisa. Scopus contém mais de 22.000 títulos de mais de 5.000 editores em todo o mundo, abrangendo as áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais e Artes e Humanidades. Além disso, contém mais de 55 milhões de registros que remontam a 1823, dois quais 84% possuem referências que datam de 1996. Ver mais em: https://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/Scopus_Guia%20de%20refer%C3%Aancia%20r%C3%Alpida_10.08.2016.pdf. Acesso em: 14/12/2024.

FIGURA 3 - Produtividade da Área CP&RI na base Scopus: número de artigos e proporção de citações recebidas (1998 - 2017) na categoria Ciência Política e Relações Internacionais

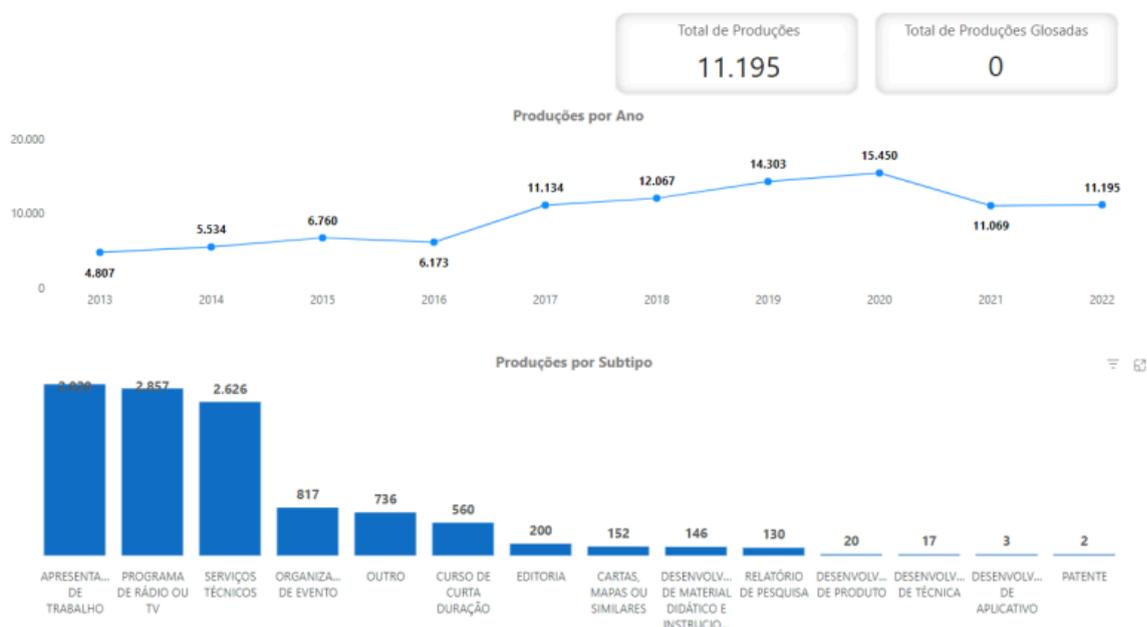


Fonte: Documento de área; Área 39: Ciência Política e Relações Internacionais, 2019.

Para além das produções acadêmicas mais comuns como artigos científicos e capítulos de livro, nos últimos anos, seguindo a tendência da criação de vários programas de pós-graduação profissionais, houve crescimento no número de produções técnicas como relatórios de pesquisa, editorias, patentes registradas, entre outros, como mostra o gráfico apresentado no Seminário de Meio Termo da CAPES em 2023, conforme a Figura 4. Em 2013, quando começaram a ser contabilizadas esse tipo de produções, a área de CP&RI computou 4.807 produções técnicas, já em 2020 atingiu o pico registrado de 15.450 e concluiu com 11.195 produções técnicas no ano de 2022, demonstrando uma tendência de crescimento nos primeiros sete anos e uma constante nos últimos dois registrados, apesar de haver uma queda para 11.069 produções em 2021. Esse tipo de trabalho também é de relevância extrema para a construção e melhoramento de uma comunidade, afinal os trabalhos técnicos tem o poder de alcançar de forma mais direta, muitas vezes, o público que está do lado de fora da universidade, fazendo com que o conhecimento científico chegue nestas pessoas de forma mais rápida e eficiente.

FIGURA 4 - Produção técnica na área de CP&RI

Figura 11. Produção técnica na área de CP&RI



Fonte: Relatório do Seminário de Meio Termo CAPES, 2023.

É preciso sempre estar incentivando e buscando a melhora dentro das áreas do conhecimento procurando sempre que sejam atingidos os padrões de internacionalização, mas dando atenção e preservando os modelos e desenhos de pesquisa que foquem em temáticas que são prioritárias para o desenvolvimento econômico, social e político, tanto em âmbito nacional, quanto regional. A importância da consolidação dos programas de pós-graduação é ímpar, afinal é destes lugares que saem os produtores de conhecimento. Em uma área como a Ciência Política, que ainda é bastante modesta em termos de números de produções científicas, é ainda mais necessário que seja feito esse exercício de incentivo e fomento para a expansão do conhecimento científico na área.

Quando pensamos na construção do campo da Ciência Política precisamos pontuar alguns elementos, como foram apresentados. A Ciência Política dos EUA torna-se o modelo primário de como fazer os estudos nesta área, quais modelos de pesquisa seguir e como administrar alguns métodos, técnicas e abordagens metodológicas. Tornou-se então um espelho, através da Behavioral Revolution, importando para vários lugares do mundo sua forma de fazer Ciência Política, com uma disciplina rígida, buscando sempre a objetividade, deixando para trás as ditas teorias políticas e a história do pensamento político. No Brasil, não foi diferente, quando as vertentes da Revolução Behaviorista chegaram ao país a Ciência

Política institucionalizou-se, fazendo com que os cientistas políticos dentro das universidades e centros de pesquisa passassem a trabalhar com a mesma perspectiva estadunidense, deixando para trás os “Intérpretes do Brasil”.

Tal molde segue até hoje como vigente dentro do campo da Ciência Política no Brasil, pode-se notar que apesar dos cursos de graduação na área ainda serem poucos, os responsáveis pela maior parte da produção do conhecimento científico, os programas de pós-graduação, vêm em uma crescente, demonstrando um maior número de estudantes matriculados e títulos concedidos. O número de produções científicas e técnicas também vêm aumentando e mantendo-se constante com o passar dos anos, mas é preciso atentar-se que apenas a quantidade não é suficiente, a qualidade e impacto que estas produções têm também é importante, por isso cada vez mais faz-se necessário que haja um processo mais efetivo de aplicação de metodologias corretas dentro do processo de produção de conhecimento científico, visando o aumento deste impacto e valorização do conhecimento produzido.

Apesar desse crescimento nos programas de pós-graduação nota-se que a distribuição geográfica destes programas ainda é esparsa, não contemplando de forma suficiente o território nacional. Por essa razão faz-se necessário que haja um projeto de fortalecimento e ampliação dos programas de pós-graduação dentro da área de CP&RI, aspirando que as oportunidades sejam melhores distribuídas, mas também que tenha-se em mente alcançar padrões internacionais de qualidade, mas nunca deixando de lado os saberes construídos no e para o país, com o intuito de um crescimento econômico, social e político da sociedade brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partilha de pensamentos e ideias dentro do meio acadêmico é importantíssima para manter em dia os diálogos e debates sobre o que foi e está sendo pesquisado por todo o país, por isso este trabalho vem com o intuito de demonstrar, mesmo que de forma modesta, um panorama sobre a produção de conhecimento científico no país.

O conhecimento científico é entendido como um elemento político, afinal é construído do ponto de vista do pesquisador, que possui uma visão de mundo estabelecida e uma carga de conhecimento anterior. O processo de construção de conhecimento, ou seja, o processo de se fazer pesquisa, deve seguir fases, onde o pesquisador irá definir seu objeto de pesquisa, sua metodologia, estabelecendo os métodos e técnicas que usará, determinando como seguirá a construção deste estudo. É deste pontapé inicial que começa o desenvolvimento do saber

científico que ao final, se espera, irá gerar um resultado que deve ser publicado, na forma de preferência do pesquisador, podendo ser em forma de artigo científico, trabalho completo em evento, capítulo de livro ou livro, buscando que cada vez mais o conhecimento construído por este pesquisador seja disseminado entre seus pares e as comunidades das quais é pertencente.

Pode-se perceber que há uma defasagem muito grande na distribuição territorial acerca da produção de conhecimento, fazendo com que regiões do país sejam quase “desabitadas” de produtores de conhecimento. Mas o fator geográfico não é o único vilão dentro do meio acadêmico que contribui para essa diferença de poder de produção do conhecimento, um dos motivos mais proeminentes é a questão econômica, que influencia diretamente na forma que uma pesquisa é realizada, afinal, precisa-se de fundos para a realização da maioria das técnicas de pesquisa das ciências humanas, fazendo com que muitas universidades e departamentos não tenham condições de efetivar seus anseios de pesquisa. Esses dois aspectos combinados, a questão geográfica e a econômica, acabam por deixar regiões menos ricas ofuscadas dentro do cenário nacional, muitas vezes sendo esquecidas quando se fala de investimentos e incentivos.

Apesar disso, o Brasil demonstrou um aumento no número de Grupos de Pesquisa e pesquisadores nos anos observados pelo Censo de Grupos de Pesquisa (2016), destaca-se a área de ciências humanas que no ano de 2014 se colocou em primeiro lugar frente às outras áreas do conhecimento. Ao observar-se os rankings de publicações, o Brasil enquadra-se em 14º no ranking mundial e em 1º quando estreitamos a busca a países latinoamericanos, o que demonstra que o país é um dos que mais produz conhecimento científico, partindo daí para outro ponto importantíssimo no debate da produção de conhecimento que é o impacto por essas publicações. É necessário considerar que a produção de conhecimento por si só não deve ser incentivada, é preciso que esses artigos e capítulos de livro publicados façam sentido, tenham impacto tanto intelectual para a comunidade acadêmica, quanto social para a sociedade, não sejam apenas para o aumento de números e estatísticas.

Seguindo nesse pensamento de que o conhecimento científico é algo que depende de maneira intrínseca da carga de conhecimento do pesquisador, é imprescindível pensarmos na forma em que esse pesquisador nasce, se a sua formação é feita com qualidade, ou seja, se o processo de Iniciação Científica (IC) foi feito corretamente, comprometido com a ciência e o rigor científico. É neste processo de IC que o aluno aprende a pesquisar, conhece métodos e técnicas e identifica as melhores formas de abordagem para a aplicação de sua metodologia de pesquisa. O orientador, portanto, é peça fundamental, afinal é ele quem abre os caminhos do aluno, mas não devendo assumir o papel de um ditador que apenas obriga os alunos a

seguirem pelo mesmo viés teórico e prático que ele. Mas sim que abra um espaço dialógico e ofereça certo grau de autonomia aos seus orientandos, para que estes possam exercitar seu pensamento crítico e pôr em prática os ensinamentos obtidos durante o processo de IC. Justamente pelo ensino voltado à pesquisa na Iniciação Científica exigir mais do que um professor que mande em seus alunos, os professores muitas vezes deixam de realizar esse processo, fazendo com que o Brasil ainda possua um baixo número de alunos engajados na IC, mesmo com as universidades públicas sendo responsáveis pela maior produção do conhecimento científico no Brasil, o que demonstra que os professores, ao deixarem os projetos e bolsas de pesquisa de lado, deixam para trás também o futuro da produção de conhecimento no país.

Partindo então para o foco principal do problema inicial buscou-se entrar mais a fundo na constituição da área da Ciência Política e como estava o estado da produção do conhecimento na área. Em uma perspectiva histórica constatou-se que a Ciência Política norte-americana se transformou no modelo de como se estudar Ciência Política, importando para diversos países os seus modelos de pesquisa, métodos, técnicas e abordagens metodológicas, principalmente após a Behavioral Revolution, onde tornou-se essa disciplina rígida que presa pelo cientificismo e deixa de lado modelos filosóficos e teóricos. No Brasil, quando as garras da Revolução Behaviorista chegaram ao país o cenário não foi diferente, a partir da institucionalização, os cientistas políticos dentro das universidades e centros de pesquisa pegaram para si a perspectiva norte-americana, deixando de lado as vertentes antigas do pensamento político brasileiro, os rebaixando a “Intérpretes do Brasil”.

Esse modo de agir e pensar segue até hoje como modelo dentro da Ciência Política no país, mesmo com o número de cursos de graduação voltados especialmente para a área ainda ser ínfimo, os programas de pós-graduação demonstram um crescimento bastante expressivo, demonstrando um grande número de estudantes matriculados e títulos concedidos. O número de produções científicas, tanto de caráter acadêmico, quanto técnico também demonstrou um aumento constante com o passar dos anos. Entretanto, a área vem enfrentando um problema no impacto dessas produções, a quantidade não é suficiente, é preciso que nos atentemos a este aspecto também. Afinal, será que os processos metodológicos estão sendo aplicados da maneira correta? As abordagens utilizadas são compatíveis com o objeto? Tudo isso deve ser pensado e verificado, visando que haja um aumento no impacto real dessas produções científicas.

Apesar desse crescimento no número de publicações e de programas de pós-graduação, o déficit geográfico que acomete a distribuição de pesquisadores no Brasil,

também abala o arranjo dos cursos dentro da área de CP&RI pelo país. É necessário um fortalecimento nesse sentido, buscando alcançar cada vez mais pessoas através da oportunidade de tornarem-se também atores e produtores de conhecimento. Destaca-se que é preciso um projeto de fortificação dos programas de pós-graduação já existentes, juntamente com a criação de novos, mas sempre buscando a excelência de padrões internacionais de qualidade, mas sem deixar de lado conhecimentos construídos no e para o país, pensando no crescimento econômico, social e político das comunidades e nação brasileira.

Por fim, devemos sempre incentivar a prática de pesquisa. Sem a pesquisa, sem o conhecimento científico estaríamos perdidos em um dilúvio de informações vazias, é preciso que as universidades, as agências governamentais, os centros de pesquisa estejam sempre trabalhando para o melhoramento e progresso da sociedade, visando que todos tenham acesso a informações reais e verdadeiras. Por isso o incentivo para a prática da Iniciação Científica dentro das universidades é tão importante, são nestas pessoas que está guardado o futuro da produção científica no país, não se pode deixá-los de lado por falta de vontade ou preguiça.

Quanto aos rumos da Ciência Política no Brasil, são incertas as perspectivas, temos mais programas de pós-graduação, mas mal distribuídos pelo território nacional, o número de publicações aumenta a cada ano, mas o impacto deste conhecimento produzido tem decaído na mesma proporção. É difícil traçar um futuro, mas pode-se aspirar que haja, por parte dos órgãos públicos, um movimento de fortalecimento da área, visando que mais pessoas conheçam de fato do que se trata e que invistam, mesmo que de forma indireta no campo de estudos da Ciência Política no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Pós-verdade**. 2024. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade>. Acesso em: 10/11/2024.

AMARAL, Oswaldo E. do; SOARES, Samuel Alves; ALMEIDA, Carla Rodrigues Almeida. **RELATÓRIO DO SEMINÁRIO DE MEIO TERMO: Ciência Política e Relações Internacionais**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/CienciaPolitica_RelatorioSMT_2023_39.pdf. Acesso em: 13/11/2024.

CAPES. **Avaliação da Pós-graduação**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao>. Acesso em: 14/12/2024.

COLVERO, Ronaldo Bernardino; CEOLIN, Lisianne Sabedra; FERREIRA, Ewerton da **Silva. Relações de Fronteira e Interdisciplinaridades 6**. Editora: UNIPAMPA; Evangraf. Porto Alegre, RS, 2024, p. 243-268.

COLVERO, Ronaldo Bernardino; JOVINO, Danilo Pedro; CEOLIN, Lisianne Sabedra. **Relações de Fronteira e Interdisciplinaridades 3**. Editora: UNIPAMPA; Assis: Triunfal Gráfica e Editora. São Borja, RS, 2019, p. 11-23.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - CNPq. **Censo atual, 2016**. Censo atual. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp/censo-atual/>. Acesso em: 07/11/2024.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - CNPq. **Governo Federal anuncia reajuste de bolsas do CNPq e da CAPES**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/governo-federal-anuncia-reajuste-de-bolsas-do-cnpq-e-da-capes>. Acesso em: 10/11/2024.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. Editora: Atlas. São Paulo, SP, 2000.

ELSEVIER SCOPUS. **Scopus: Guia de Referência Rápida**. 2024. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/Scopus_Guia%20de%20refer%C3%Aancia%20r%C3%A1pida_10.08.2016.pdf. Acesso em: 14/12/2024.

FERES JR, João. **Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar**. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 15: 97-110 NOV. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/HbBNHVcSHrvG6jcHdkJLSYh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30/10/2024.

FERNANDES, Luis Manuel Rebelo; CODATO, Adriano Nervo; MOREIRA, William de Sousa. **DOCUMENTO DE ÁREA; ÁREA 39: CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. 2019. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ciencia-politica-rel-internacionais-pdf#:~:text=A%20%20C3%81rea%20de%20Ci%20C3%A2ncias%20Pol%20C3%ADtica,59%20programas%20de%20p%20C3%B3s%20Dgradua%20C3%A7%20C3%A3o>. Acesso em: 12/11/2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora: Atlas, 3 ed. São Paulo, SP, 1991.

GREGORIO, Enrico Di. Produção científica brasileira cai pelo segundo ano consecutivo. **Agência FAPESP, 2024**. Disponível em:

<https://agencia.fapesp.br/producao-cientifica-brasileira-cai-pelo-segundo-ano-consecutivo/52363#:~:text=Entre%202019%20e%202023%20o.ci%20C3%A2ncias%20registraram%20queda%20na%20produ%20C3%A7%20C3%A3o>. Acesso em: 05/11/2024.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. Editora: Francisco Alves. Rio de Janeiro, RJ, 4ª ed., 1986.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática de pesquisa**. Editora: Vozes. Petrópolis, RJ, 1997.

LEHFELD, Neide. **Metodologia e Conhecimento Científico: horizontes virtuais**. Editora: Vozes. Petrópolis, RJ, 2007.

LESSA, Renato. **Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil**. Lua Nova, São Paulo, 82: 17-60, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/X9z7JY4d3kxrd93tF6dQGSt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30/10/2024.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: Prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 13ª edição, São Paulo, Editora: Atlas, 2021.

PINHEIRO, Joaquim A. P. **A GEOPOLÍTICA DA PRODUÇÃO E DA CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO**. Conexão Política: Revista do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPI, v. 9, nº 1, 2020. Disponível em:

<https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/11108/html>. Acesso em: 30/10/2024.

SCImago. **SJR SCImago Journal & Country Rank - About Us**. 2024. Disponível em: <https://www.scimagojr.com/aboutus.php>. Acesso em: 07/11/2024.

SCImago. **SJR SCImago Journal & Country Rank - Country Rankings**. 2024. Disponível em: https://www.scimagojr.com/countryrank.php#google_vignette. Acesso em: 07/11/2024.

SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADO - SISU. **Vagas.** Sistema de Seleção Unificado - SISU. Disponível em: <https://sisu.mec.gov.br/#/vagas?categoria=curso&id=4607#target>. Acesso em: 08/11/2024.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As Três Metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa.** 6 ed. Editora: Vozes. Petrópolis, RJ, 2009.